



Centro Universitário de Brasília

UniCEUB Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

Curso de Graduação em Psicologia

A violência doméstica e o cenário evangélico do Distrito Federal.

Aluna: Bárbara Barbosa Chagas RA: 21500302

Orientador: Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

Brasília

2019

A violência doméstica e o cenário evangélico do Distrito Federal

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como requisito para aprovação na disciplina de Monografia do curso de graduação em Psicologia.

Professor-orientador: Lucas Alves Amaral



Folha de avaliação

Autora: Bárbara Barbosa Chagas

Título: A violência doméstica e o cenário evangélico do Distrito Federal

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

Prof. Leonardo Mello

Prof. Dr^a. Camila de Aquino Moraes

Brasília

2019

Agradecimentos

Primeiramente, quero dedicar minha monografia à Deus. Toda honra e glória a ti, Senhor.

Aos meus pais, todo meu reconhecimento ao esforço e apoio para que eu pudesse me formar. Obrigada pai, por cuidar de mim e me amar. E obrigada especialmente à minha mãe, por ser a mulher mais forte e gentil do mundo, e quem eu me espelho todos os dias. Foi e sempre será tudo por vocês.

Aos meus avós: Nanci, Afrânio, Luzia e João, por nunca medirem esforços para me ajudar. Minha eterna gratidão.

À toda minha família, tão única. Ao meu irmão Lucas, por compartilhar a vida comigo. Tia Célia, por sempre estar disposta a me ajudar. Tia Jane, Tia Lili e Tia Jeane pela amizade de sempre. Aos meus tios, especialmente Tio Chico. Minhas primas Ray, Juliana, Júlia e Gabi, por serem minhas irmãs de vida. E todos os meus primos pelo cuidado de sempre.

Taylon, por me mostrar que o amor é leve, por me fazer feliz nos detalhes, e por ter sido o melhor namorado durante todo esse processo.

Aos meus afilhados, Analu, João Arthur e Theo, e minha sobrinha Maju, por me apresentarem o amor mais genuíno de todos.

As minhas amigas e companheiras de curso, Marina, Júlia e Natália. As minhas amigas de vida, que não consigo citar todas, mas se você tá lendo isso, certamente sabe que isso te acolhe. E a minha melhor amiga em qualquer lugar do mundo, Brenda.

À todos os meus professores da graduação, saio da faculdade de psicologia uma nova versão de mim, e todos vocês foram parte disso. À professora Tânia Inessa, por ter sido a melhor orientadora de estágio, e alguém que me mudou lindamente como pessoa e profissional. À meu supervisor de estágio e parecerista Leo Mello, pela dedicação de sempre.

À todas as participantes da minha pesquisa, por compartilharem comigo suas vivências.

E finalmente, ao meu maravilhoso orientador, Lucas Amaral, pela paciência, calma e orientações tão cheias de amor e seriedade. Obrigada pela caminhada juntos, não teria conseguido sem você.

Dedico essa pesquisa à todas as mulheres que sofreram com amores adoecidos, e aquelas vítimas de feminicídio. Que um dia possamos ser finalmente livres, e que a força que nos une nos façam invencíveis como mulheres. Nenhuma a menos!

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar a violência doméstica dentro do cenário evangélico do Distrito Federal (DF), a partir da perspectiva das mulheres vítimas de violência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com uso da estratégia de pesquisa do estudo de caso múltiplo. Deste modo, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com mulheres evangélicas vítimas de violência doméstica. A partir de análise qualitativa foi encontrado como resultado como a violência psicológica é comum nas situações de violência, trazendo consequências graves para a vida dessas mulheres, além de efeitos psicossomáticos. A violência sexual também foi encontrada como violência comum nesses casos, incluindo o estupro intrafamiliar. Há a dificuldade na quebra do ciclo de violência e a dificuldade do companheiro em aceitar o fim. No que diz respeito a relação da religião e das questões de gênero, podemos visualizar como essas mulheres enxergam o fenômeno da violência, apesar de não compactuarem com esses papéis de gênero imposto pelas religiões. Também foi possível verificar uma espécie de rede de violência dentro de igrejas, visto que as participantes trouxeram casos de conhecidas que sofreram a violência no ambiente religioso. Conclui-se assim que a igreja tem um importante papel na prevenção e no enfrentamento da violência doméstica, portanto é preciso que haja uma qualificação dos líderes das igrejas. Como dificuldade encontrada, houve o difícil acesso às mulheres vítimas de violência. Há a importância de futuras pesquisas que consigam dialogar com essas mulheres entendendo suas trajetórias, vencendo resistências e trazendo voz à essas mulheres.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Papéis de Gênero; Religiosidade; Cenário Evangélico; Psicologia.

Sumário

Introdução.....	8
1. Gênero.....	15
2. Violências: contra a mulher, de gênero e intrafamiliar.....	18
3. Religiosidade e a violência de gênero	25
4. Metodologia.....	31
4.1 Procedimentos.....	33
5. Resultados e Discussão.....	37
5.1. A violência em si e a relação com o agressor.....	38
5.2 Religiosidade e as relações de gênero desiguais.....	52
Considerações Finais.....	72
Referências bibliográfica.....	77
Apêndice A.....	81
Anexo A.....	83
Anexo B	85

Introdução

Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos (Ef, 5, 22-24)¹.

Assim como no trecho apresentado anteriormente, em algumas passagens da bíblia é possível ver escritos em que a submissão das mulheres aos seus esposos é relacionado ao amor e temor destes fiéis à Deus. A partir da relação entre fé religiosa e comportamento de gênero, buscamos compreender como mulheres evangélicas se comportam diante de tais crenças nos dias de hoje.

Ao pesquisar dentro do próprio universo religioso na internet, acha-se opiniões voltadas a uma vertente mais tradicional das religiões cristãs. Em um blog chamado “O catequista”, no texto com o título “As mulheres devem ser submissas a seus maridos? O que diz a Igreja?”², a autora explica a passagem da Bíblia citada aqui e também defende que essa submissão deve ocorrer no sentido literal da palavra. A medida que o texto tenta responder à pergunta do título, dá-se a explicação sobre essa submissão, relatando que o amor de Deus tinha uma ordem, assim como no céu os anjos possuíam uma hierarquia, na terra Deus escolheu que o homem fosse a cabeça e a mulher coração. O texto sustenta que apesar de serem igualmente dignos, homens e mulheres são diferentes biologicamente e psicologicamente, explicando assim o porquê de exercerem papéis sociais diferentes, principalmente dentro de sua família (Varella, 2014).

No atual momento político brasileiro, observa-se cada vez mais uma tendência à

¹ Carta aos Efésios. In: *A Bíblia: tradução ecumênica*. São Paulo: Paulinas, 2002.

² Viviane Varella, *O catequista*, <http://ocatequista.com.br/blog/item/12715-as-mulheres-devem-ser-submissas-a-seus-maridos-o-que-diz-a-igreja>, acesso em 20 de março de 2019.

discursos tradicionais e conservadores como esse acima do blog, principalmente em pautas sobre a “defesa da família”. Com várias declarações baseadas neste discurso, a atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e também pastora evangélica, Damares Alves, declarou na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, no dia 16 de abril de 2019, que “dentro da doutrina cristã, em um casamento entre homem e mulher, o homem é o líder do casamento, devendo a mulher ser submissa”. Essa fala foi bastante noticiada e divulgada, principalmente nas redes sociais, produzindo debates acerca do quanto essa fala desprezava as mulheres e sobre qual o papel de uma ministra a posto de um ministério como o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, num contexto de um estado, em tese, laico.

A laicidade é extremamente importante para garantir direitos e que o Estado mantenha uma ética democrática. Quando um Estado não é totalmente laico prejudica a proteção à dignidade humana, indo contra à garantia da diversidade, seja ela a moral, cultural ou religiosa. Desta forma, este passa a exigir da sociedade que pense e aja de maneira pautada em ideais relacionadas ao poder estatal e religioso, invadindo e tomando o direito da sociedade de pensar e se expressar como se acredita (Lionço, 2017).

A partir destas discussões, observamos uma relação bastante atual entre a submissão das mulheres dentro de universos religiosos, principalmente, nas religiosidades evangélicas. Este ideário popular é compartilhado em várias perspectivas sociais além da religiosa, como a política e histórica. Essa questão social necessita ter uma maior relevância no cenário brasileiro, pois segundo dados da Organização Mundial da Saúde (2016), o Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo, com 4,8 homicídios para 100 mil mulheres.

Segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Data Folha (2019) ³ aproximadamente 16 milhões de brasileiras, a partir de 16 anos, sofreram

³ Pesquisa disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>, acesso em 14 de abril de 2019.

algum tipo de violência no decorrer entre 2017 e 2018. Nesta pesquisa, quando perguntado diretamente a mulheres se foram vítimas de assédio ou violência física ou psicológica durante 2018, 27,4% disseram que sim. Quanto ao autor da violência, 76,4% das mulheres indicaram que o agressor era um conhecido, sendo 23,8% namorados, maridos, companheiros, 15,2% ex-namorados e ex-companheiros, e 21,1% vizinhos. O local da violência sofrida é dado por 42% da amostra como dentro de sua própria casa. E mesmo com vários programas e leis criadas com o intuito de proteção à essas mulheres, 52% das vítimas dessas violências alegam não ter feito nada.

Estudar as relações de gênero entre adeptos de religiosidades que pregam a submissão feminina, portanto, é um tema relevante, pois uma considerável parcela de mulheres praticantes dessas religiosidades sofrem violência doméstica. A pesquisa “Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”,⁴ realizada pelo Senado Federal (2013), 83,3% das mulheres evangélicas dizem conhecer alguém que passa ou já passou por situação de violência física, 57,3% dizem que elas mesmas já sofreram violência física e 65,3% tiveram seus companheiros como agressores. Entre as que quebraram o silêncio e procuraram algum tipo de ajuda, 20% recorreu a família, 17% a igreja e 13% denunciaram para algum órgão público.

Souza (2011), traz essa relação a partir da vinculação das questões de gênero à motivação e entrada no contexto religioso:

Esse é um importante indicador da diferente socialização de gênero de homens e de mulheres. Enquanto eles parecem vivenciar suas experiências religiosas mais desprendidos da família, as mulheres tendem a recorrer à religião para lidar com as inúmeras demandas que a família lhes impõe (cuidado com os filhos e as filhas, marido, outros parentes etc) (Souza, 2011, pg. 55-56).

⁴ Pesquisa disponível em http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf, acesso em 14 de abril de 2019.

Assim, a pesquisa adentra o campo de estudos de gênero e sua intersecção com as religiosidades, principalmente, as denominações evangélicas contemporâneas.

Scott (1995), compreende gênero como construção cultural - e o modo como os papéis próprios à homens e mulheres são construídos socialmente, e imposto sobre um corpo que se associam nas relações sociais e simbólicas de poder (Scott, 1995).

Com a mesma ideia, Sacramento e Rezende (2006), apresentam a diferença entre os conceitos de sexo e gênero, de forma que sexo indica uma diferença anatômica corporal, enquanto gênero indica uma construção social, material e simbólica entre todos nós (Sacramento & Rezende, 2006).

Ainda, reafirmando essa ideia de que o conceito de sexo está relacionado às diferenças biológicas entre homens e mulheres, Zanello (2018) salienta que sim, essas diferenças existem, não se devem negá-las. Porém, gênero, para a autora, tem como base essas diferenças biológicas e a forma como elas constroem significados culturais, passando a distinguir indivíduos entre homem e mulher, de como de que esta distinção seja vista como oposição, fazendo com que se perpetue uma desigualdade entre estes. Gênero passa a ter uma relação de poder, onde se afirma privilégios.

Assim, ainda segundo Zanello (2018), o binarismo entre o masculino e o feminino se dá a partir da concepção do que é gênero, em que além de construído socialmente, é mantido e reproduzido pelas tecnologias de gênero, que são as forma que as mídias, seja o cinema, a TV e revistas, representam este sistema de diferenças. Gênero também é baseado em scripts culturais, que são os modos como práticas sociais impõe formas de agir, pensar, sentir, se comportar e até se movimentar para que os indivíduos sejam considerados homem ou mulher. (Zanello, 2018).

Segundo Rosado-Nunes (2005), um dos principais objetivos dos estudos de gênero é desconstruir o preconceito de que a biologia determina o feminino, enquanto que, por outro

lado, a cultura ou a dimensão humana seria uma criação masculina (Rosado-Nunes, 2005).

Neste sentido, no âmbito destes estudos, preocupamo-nos com o tema da violência doméstica e sua relação com o contexto religioso e como discursos machistas atravessam esse contexto.

Para Drumont (1980), o machismo consiste em um sistema de representações-dominação, baseando-se no sexo e a relação entre mulheres e homens, exercendo sobre estes uma hierarquização, dividindo o masculino e o feminino em dominante e dominado.

Desenvolve-se, assim, uma relação de poder, onde papéis sociais passam a ser diferentes para os sexos (Drumont, 1980; Rosado-Nunes, 2005). Portanto, através da concepção do que é gênero podemos relacionar à violência que atravessa esse contexto: a violência de gênero.

Minayo (2006) conceitualiza violência de gênero como violência que apesar de envolver ambos os sexos, e até mesmo crianças e adolescentes, é nítido que aconteça especialmente com mulheres, de modo que envolva questões de direitos humanos e chegue a ser um problema de saúde pública. A violência de gênero ocorre principalmente através da opressão, seja na forma de feminicídios, abusos físicos e sexuais, violências emocionais e psicológicas, violência racial, social, que são geralmente realizadas por parceiros, familiares, conhecidos, ou até mesmo desconhecidos e agentes do Estado (Minayo, 2006).

Dito isso, tendo-se em mente essa complexa problemática da construção social das religiões, atravessadas pelas relações de gênero e as diversas formas de violências que as perpassam, a pesquisa aqui proposta tem como problema de pesquisa investigar a violência doméstica dentro do cenário evangélico do Distrito Federal (DF).

O tema “violência contra mulheres” esteve presente durante a minha graduação como objeto de estudo e de pesquisas, principalmente por haver um interesse pessoal dos desdobramentos que o estudo deste tema me oferece subjetivamente como mulher, que sofre com essa violência de gênero diariamente e de diversas formas. À medida que iniciei minha pesquisa para o tema do projeto de monografia, reconheci a importância da religião nesse

contexto e do discurso machista existente nesta esfera.

As questões de gênero e a violência contra a mulher são temas recorrentes, preocupantes, complexos e importantes atualmente e historicamente. Portanto, a partir da reflexão, estudos e debates do tema, pode-se levar a fatores que favoreceram a desconstrução dessa violência de gênero. Esse estudo é importante, pois ao analisar e compreender o tema, descobre-se fatores que levam a contribuição e a manutenção dessa violência de gênero. Além disso, muitas mulheres ainda não tem a percepção que estão sofrendo violência de gênero, principalmente, quando estão em um relacionamento com bases cristãs, em que há o predomínio da relação de poder aos homens.

Segundo algumas pesquisas, como a de Souza e Oshiro (2018), há a relação da religião com essa perpetuação da violência, ao apontar que dados de diferentes regiões e diferentes serviços públicos voltados para mulheres registraram que 26%, 33%, 48%, e até 90% em regiões distintas dos atendimentos foram feitos com mulheres evangélicas. Assim, ainda segundo a autora, a partir destes indicadores bastante relevantes, pode-se confirmar a necessidade de discutir a relação da religião com a violência doméstica (Souza & Oshiro, 2018).

A atual pesquisa possui desdobramento social, pois a temática contribui para a diminuição da violência doméstica sofrida pela principal amostra da pesquisa, mulheres, evangélicas, que sofrem ou já sofreram violência doméstica.

A pesquisa possui contribuições científicas para o campo da psicologia social, visto que estuda a relação entre a religião e as questões de gênero. Com base no Código de Ética do profissional da Psicologia, o psicólogo deve apoiar seu trabalho no enfrentamento à violações de direitos humanos. Isso inclui o enfrentamento de qualquer tipo de violência, inclusive a contra as mulheres (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Assim, a pesquisa também tem como objetivo o cumprimento do Código de Ética da profissão, além de contribuir para a

formação de futuros psicólogos, poderá também auxiliar a construção de saberes que revelam a complexidade do fenômeno da violência de gênero que atravessa universos religiosos.

Dito isto, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar a violência doméstica dentro do cenário evangélico do Distrito Federal (DF) a partir da perspectiva das mulheres vítimas de violência. Os objetivos específicos foram:

a) Analisar fatores de proteção e risco observados na igreja evangélica que contribuem para a manutenção ou a ruptura da violência doméstica;

b) Analisar as influências da doutrina religiosa evangélica para a produção de práticas machistas;

c) Compreender, a partir da perspectiva do gênero, como os papéis sociais direcionados às mulheres evangélicas se relacionam com a violência doméstica, a partir da compreensão dessas mulheres vítimas de violência.

1. Gênero:

Gênero, conforme expõe Minayo (2006):

Diz respeito a relações de poder e à distinção entre características culturais atribuídas a cada um dos sexos e a suas peculiaridades biológicas. As características de gênero se fundam na hierarquia e na desigualdade de lugares sexuais (Minayo, 2006, p.93).

De acordo com Scott (1995), podemos entender gênero a partir das construções sociais, onde se atribui papéis sociais próprios aos homens e as mulheres. Este sentido, inclusive, atravessa construções simbólicas sobre o sexo, definindo gênero como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Apesar de haver todo um sistema de relações que inclui o sexo, gênero não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade (Scott, 1995).

Conforme afirma Louro (1998), a maneira com que essas diferenças sexuais são reconhecidas, e o significado impostos sobre estas diferenças são construídos socialmente, fundamentando-se em representações simbólicas. Assim, pode-se reafirmar que essa construção social e histórica de gênero também têm base nas características biológicas, mas é no social que há as relações desiguais entre os gêneros. Essa desigualdade é justificada e construída historicamente e socialmente, e é a partir dela que conseguimos reconhecer os papéis sociais que são impostos aos indivíduos. Ainda segundo a autora, esses papéis são padrões e regras estabelecidos pela sociedade para que nossos comportamentos, roupas, modo que nos relacionamos em sociedade sejam definidos, construindo, assim, o que é adequado ou não para cada sexo. Esses papéis são reafirmados pelas complexas redes de poder, onde instituições, discursos, símbolos sustentam essa hierarquia entre os sexos (Louro, 1998).

Complementando tal ideia, Sacramento e Rezende (2006), expõe que através dos papéis sociais impostos sobre os sexos, pode-se determinar o comportamento e as

características pessoais de um determinado indivíduo. Esses estereótipos dos papéis sexuais muitas vezes especificam interesses, aspirações e habilidades com base apenas no masculino e no feminino. Essas definições e posturas embasadas nas diferenças entre os sexos estão presentes no âmbito privado e familiar, fazendo com o que os lares assumam postura rígidas e disfuncionais, onde se assume como atividades corretas aos sujeitos apenas aquelas impostas pelos papéis determinados pelo sexo (Sacramento & Rezende, 2006).

Como antes já colocado, as desigualdades entre os gêneros se fundamentam na naturalização destes papéis sociais próprios ao feminino e ao masculino. Essa idéia passa a ser natural na sociedade, pois é afirmada todos os dias, perpassando nossas relações e construções sociais. Assim, mulheres que são vítimas dessa desigualdade de gênero podem enxergar essa violência como algo natural, e como algo que, apesar de imposto, deve ser aceito, contribuindo assim para a manutenção dessa violência. Por tanto, o conceito de gênero é colocado exatamente para que exista o questionamento dessa hierarquia, dessa naturalização dessa desigualdade (Souza & Oshiro, 2018).

Um dos princípios dessa hierarquia de gênero é o patriarcado. O patriarcado constitui um sistema cultural, onde marca socialmente e historicamente a submissão entre os gêneros. Neste sistema, o homem possui dominação, superioridade e autoridade sobre a mulher, gerando e confirmando violência. Sua origem está relacionada com princípios judaicos-cristãos, onde acreditam possuir um criador homem, que fez outro homem para ser o responsável pelo mundo. Por essa submissão imposta à mulher, o patriarcado possui desdobramentos históricos e sociais na vida das mulheres, trazendo até uma naturalização do destino de sofrimento da mulher (Souza & Oshiro, 2018; Suárez & Arroyave, 2009).

O patriarcado é base para toda a cultura machista ainda tão presente atualmente. Esse machismo é exercido em forma de submissão das mulheres, onde o homem aparece como o líder nessas relações, mantendo sempre a vontade e os processos femininos em segundo lugar,

favorecendo para que a violência contra a mulher ocorra (Lage, 2016).

Segundo Kelh, 2007, ainda elucidando as origens históricas das questões de gênero, podemos relacionar ao início do capitalismo, onde, apesar deste trazer uma ideia de liberdade e autonomia aos sujeitos, é junto com o nascimento desses ideais capitalistas, que se aponta também a imposição de um lugar social para as mulheres, onde passa ser função feminina o cuidado com a família nuclear e o lar o centro de suas vidas. O capitalismo traz a ideia de liberdade, de agir com sua própria vontade, assim, esta ideia vai contra suas premissas, pois traz às mulheres o lugar de submissão, onde a maternidade, o casamento e a domesticidade passaram ser primordiais na vida das mulheres. Contudo, mesmo que exista esta contradição, o lugar e função social imposto para estas mulheres, ainda segundo a autora, sobrevive até os dias atuais (Kelh, 2007).

Essas diferenças, impostas historicamente, fortaleceram e justificaram a desigualdade social entre homens e mulheres. Porém, foi a partir da inconformação com a imposição destes papéis sociais que as mulheres puderam contestá-los, criando, assim, movimentos sociais para sua luta, como o movimento feminista (Zanello, 2018). Estes movimentos são importantes pois é através deles que pode-se dar fundamentos para a luta contra a violência de gênero, que serão contextualizados e estudados no capítulo seguinte.

2. Violências: de gênero, doméstica e intrafamiliar.

Para entendermos a complexidade que perpassa no fenômeno da violência contra mulheres, é importante definir o que é violência. A Organização Mundial da Saúde (2002), define violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Para Minayo (2006), a violência pode ser classificada em três tipos. Primeiro, há a violência autoinfligida, onde é dirigida contra si mesma, e inclui comportamentos suicidas e auto-abusos. Existe também a violência interpessoal, que é dividida entre intrafamiliar e comunitária, onde a intrafamiliar é a violência feita por membros da família e parceiros, na maioria das vezes dentro do próprio ambiente familiar, e a violência comunitária acontece no ambiente social em geral, podendo ser realizada por conhecidos e desconhecidos. Em terceiro, a violência coletiva, que se explica por atos violentos que acontecem nas macro esferas globais e sociais, políticas e econômicas e caracterizam a dominação de grupos e do Estado (Minayo, 2006).

Já a natureza da violência pode ser classificada em abusos e maus-tratos, podendo estes serem físicos, psicológicos, sexuais e que envolve abandono, negligência ou privação de cuidados. A autora também apresenta a reflexão sobre intencionalidade da violência, que assim, situa a violência como sendo algo humano, já que somos os únicos seres à possuírem intenção em seus atos, liga essa intenção à uma responsabilidade individual e coletiva, em vários âmbitos sociais (Minayo, 2006).

Ao definirmos essas duas concepções, gênero e violência, podemos chegar a compreensão do que é a violência contra a mulher, uma forma de violência interpessoal, e

assim, relacionarmos essas duas perspectivas à violência de gênero. Ainda de acordo com Minayo (2006), define-se por violência de gênero as dominações, opressões e violências existentes nas relações entre homens e mulheres, construídas estruturalmente, socialmente e subjetivamente, onde estas perpassam por diferentes classes sociais, raças, etnias e faixas etárias. Sendo assim, pode-se perceber essas violências presentes em diferentes contextos históricos, sociais e culturais, onde foram construídas ideias que definem o homem e o patriarcado como superior ao feminino.

Trazendo a relação do movimento feminista com essas violências de gênero, um dos objetivos desse movimento social era e ainda é desconstruir essa cultura de submissão da mulher, de modo que pudessem denunciar agressões, modificando leis, como o direito ao voto, e principalmente trazendo a importância da existência de novas formas de relações interpessoais, já tão marcadas historicamente e socialmente. No âmbito familiar e conjugal, essa atuação feminista interfere para desnaturalizar as violências sofridas no ambiente familiar, transformando as formas de agressões e abusos, onde este assunto apenas pertencia ao âmbito privado, para algo que precisa ser debatido e principalmente combatido (Minayo, 2006).

À medida que a violência de gênero é definida podemos identificar alguns tipos que esta ocorre. A violência pode ser a sexual, onde se obriga a mulher a manter relações sexuais contra sua vontade, caracterizando assim estupros, assédios sexuais, a produção de discursos, gestos ou qualquer comportamento obscenos para uma mulher, ou discriminação contra sua orientação sexual. Pode também ser em forma de violência física, que é a forma de violência de mais fácil visualização e entendimento de que aquele ocorrido é de fato uma violência. Ela acontece em forma de agressão física propriamente dita, que muitas vezes deixa marcas, hematomas, cortes, arranhões, ou não necessariamente. Quando há a quebra objetos pessoais, rasga-se roupas, pertencentes, documentos, ou qualquer violação deste tipo, e até mesmo ao

manter aprisionada a mulher (Minayo, 2006).

Já a violência emocional e psicológica muitas vezes é um pouco mais difícil de visualizar e compreender que também se trata de uma violência, porém é o tipo mais comum de violência contra mulher. Esse tipo de violência vem em forma de humilhação, ameaça de morte ou de espancamento (essa ameaça pode vir para com seus filhos também), impedimento de trabalhar e possuir sua própria liberdade financeira, colocação da responsabilidade da criação dos filhos e cuidado da casa apenas na mulher, ao negar cuidado quando a mulher está doente ou grávida. Essa violência pode vir em forma de atitudes implícitas, mas têm grande impacto no psicológico de quem sofre dessa violência, como o ato de ignorar, menosprezar, criticar, seja seu trabalho, seu corpo, suas vontades e falas, e por fim, uso de qualquer linguagem ofensiva e desrespeitosa em qualquer âmbito da vida daquela mulher (Minayo, 2006).

Assim, de acordo com Silva, Coelho & Caponi (2007), a violência psicológica traz como consequência problemas emocionais e físicos graves, tais como dores crônicas, síndrome do pânico, depressão, tentativa de suicídio e distúrbios alimentares. Como já dito, geralmente, se esta violência não é enfrentada e solucionada, pode evoluir para outros tipos de violência, como a física (Silva, Coelho & Caponi, 2007).

Por fim, existe a violência social, que vem muitas vezes em discursos ou atitudes que diminuem o valor da mulher na sociedade, principalmente em seu trabalho. Essa violência pode ser vista quando o salário do homem é maior que o da mulher, mesmo ocupado o mesmo cargo, quando se hostiliza a mulher por simplesmente ser mulher, em forma de assédio sexual ou moral, e a exploração sexual dessas mulheres (Minayo, 2006). Assim, este tipo de violência se relaciona totalmente com a violência de gênero.

De acordo com Sacramento e Rezende (2006), a violência de gênero ocorre muitas vezes com pessoas íntimas e que convivem na mesma casa que a vítima, seja por parceiros

amorosos, pais, filhos, sogros, ou outros parentes. Assim, essa violência passa a ser conceituada como violência intrafamiliar ou doméstica (Sacramento & Rezende, 2006).

A violência intrafamiliar, conforme expõe Day et al. (2003), é:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue (Day et al, 2003, p.10).

De acordo com a Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, em seu Art. 5º, define-se como violência doméstica e familiar contra mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (Brasil, 2006).

A violência doméstica tem como perpetuador aquele que, mesmo não possuindo vínculo familiar, convive no ambiente familiar, seja ocasionalmente ou frequentemente. Geralmente é respaldada na chamada “lei doméstica”, onde a desigualdade entre os membros da família se baseia na hierarquia de papéis e no peso desproporcional entre essas relações familiares. Essa violência se mantém através de atos, gestos, situações e discursos, onde não há a possibilidade de argumentação, imposição de comportamentos e do silêncio, etc. (Sacramento & Rezende, 2006).

Assim, existe o ciclo da violência doméstica contra a mulher. De acordo com o proposto por Lucena et al. (2016), esse ciclo é dividido em três fases: tensão, explosão e a lua de mel. Inicia-se pela tensão, onde há episódios de humilhações, xingamentos, insultos, intimidações, inferiorização da mulher, que geram brigas e uma tensão psicológica. Assim, a partir dessas frequentes ameaças, passa-se para o episódio de violência aguda, onde a violência é consumada e ocorrem as agressões. Após o ato de violência propriamente dito, há

a fase da lua-de-mel. Nessa fase, há promessas de mudança, e até uma falsa transformação da relação em algo melhor, e apesar dos pedidos de desculpas e das promessas, há, principalmente, a culpabilização da vítima pelas ocorrências. Esse ciclo é renovado, e se torna um ciclo recorrente, principalmente porque não se cumprem as promessas da fase da lua-de-mel, fazendo com que ocorra as outras fases em seguida. Ainda segundo os autores, esse ciclo tem como base os papéis de gênero, onde a mulher passa a ser uma figura passiva no ciclo, e o homem o responsável pela dominação desta. Deste modo, há a frequente culpabilização desta mulher pelos ocorridos, justificando a renovação do ciclo, além da dificuldade em quebrá-lo (Lucena et al., 2016).

A causa da violência contra a mulher é um fenômeno heterogêneo, acontece de formas distintas, e nos mais variados contextos, principalmente por ocorrer com sujeitos singulares. E apesar de possuir como fator similar a desigualdade e as relações de poder do homem sobre a mulher, as situações, o modo como ocorreu, o contexto, e as histórias de vida são diferentes. É preciso ter cuidado ao apontar as causas da violência contra a mulher, pois apesar de possuir aspectos universais, também há os aspectos particulares que possuem sua importância para compreender e analisar o fenômeno (Araújo, 2008).

De acordo com Sacramento e Rezende (2006), a violência contra a mulher, seja no campo da pesquisa ou nas práticas sociais, têm sido uma experiência de difícil revelação. Isso ocorre pois essa violência perpassa por temas culturalmente investidos de silêncio, onde são subdivididos em contextos particulares e nas culturas em questão, o que dificulta a abordagem do tema propriamente dito. Essa dificuldade de se falar sobre amplia aos casos, fazendo com que a violência se mantenha nessa dinâmica de segredo, e sendo parte somente do privado e do âmbito onde ocorrem essas violências (Sacramento & Rezende, 2006).

Primeiramente, para que possa haver o combate à essa cultura do silêncio, e que não exista mais a naturalização desta violência, é importante, por parte do governo, a criação de

políticas públicas que reduzam e acabem com essa violência. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), para que essa violência seja superada, é preciso que exista o acolhimento dessa vítima, acesso à justiça, punição do agressor, e estratégias de prevenção desta violência. É importante também que essas políticas sejam pautadas na busca por suas raízes culturais, sendo necessário a desconstrução das normas sociais que são base para a desigualdade de gênero. Sendo assim, trataremos algumas intervenções feitas no Brasil com foco no combate à essa violência.

Atualmente, existe no Brasil o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa, aprovado em dezembro de 2018, pelo Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, onde estabelece ações do Ministério da Justiça e da Segurança Pública para a redução das formas de violência contra a mulher, através de políticas e estratégias. Em 2018 também foi sancionado um decreto que institui o Sistema Nacional de Política para as Mulheres (Sinapom), e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNaViD). Hoje também existem no Brasil as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs).

Além disso, como importante marco no combate à violência doméstica, foi sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei n. 11.340/ 2006. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), essa Lei, também conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, estabelece que os casos de violência doméstica e intrafamiliar sejam crime, devendo ser apurados através de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. A lei tem ainda importantes desdobramentos, como a proibição de penas pecuniárias aos agressores, aumento de um para até três anos de prisão, e o encaminhamento para a vítima e seus dependentes à serviços de proteção e assistência social. A Lei protege vítimas de violência física, sexual, psicológica e patrimonial. E, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015), diminuiu em 10% os assassinatos de mulheres vítimas de violência doméstica, além de ser reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência

contra as mulheres (CNJ, 2017; Brasil, 2015).

3. Religiosidade e a violência de gênero

A partir do entendimento e reflexão acerca das relações de gênero e as violências que perpassam esse contexto, podemos adentrar no cenário religioso, a partir da construção de um discurso histórico e social, que reproduz as desigualdades impostas nestas relações.

A ascensão do feminismo e das questões de gênero, em conjunto com as novas mudanças econômicas e sociais, nos últimos 40 anos, refletiram em transformação em toda a sociedade, principalmente para que fosse possível a colocação de indagações trazidas pelas questões de gênero. Deste modo, a religião mesmo tendo princípios totalmente patriarcais e antifeministas, também sofreu transformações pelos ideais feministas levantados na contemporaneidade (Scavone, 2008).

A religião cristã possui como base discursiva, principalmente, a bíblia, onde podemos encontrar discursos que culpabilizam e perpetuam a submissão da mulher. Essa construção se inicia pela criação da mulher, que se dá pela costela do homem, nascendo assim dele. Essa misoginia também é relatada na expulsão do homem do paraíso, e Eva sendo a culpada por Adão ter comido a fruta proibida. O castigo divino vem para o homem como trabalhar duramente, e para a mulher em ser submissa ao homem. A mulher passa a ser o mal, a possuidora do poder de sedução, portanto, inferior (Silva, 2013). Como no trecho da bíblia a seguir:

À mulher, ele declarou: “Multiplicarei os sofrimentos de tua gravidez. Entre dores darás à luz os filhos, a paixão arrastar-te-á para o marido e ele te dominará. Para o homem ele disse: Porque ouviste a voz da mulher e comeste da árvore, cujo fruto te proibi comer, amaldiçoada será a terra por tua causa (Gn, 3, 16-17).⁵

Outra imagem construída da mulher pela bíblia é a da figura materna, representada por

⁵ Gênesis. In: *A Bíblia: tradução ecumênica*. São Paulo: Paulinas, 2002.

Maria, a mãe devotada que fez tudo por Jesus. Essa maternidade vem como um dom, mas traz com ela papéis que até hoje são mantidos, pois é por essa maternidade que as mulheres são obrigadas a abrirem mão de seus quereres, predominando sempre a vontade do outro. É com base nisto que é imposto que para as mulheres deve prevalecer a paciência, tolerância, abnegação e servidão com seus filhos, sendo que este também deve ser um papel do pai (Vilhena, 2010).

Também é possível encontrar em várias passagens bíblicas trechos em que reafirmam preconceitos históricos contra as mulheres, que são incorporados no cotidiano das pessoas, pois se é algo emanado e ordenado por Deus, então é algo a ser mantido (Lima, 2010).

Portanto, isto nos faz validar a importância da religião cristã, principalmente a evangélica, e sua relação com as violências de gênero. Esse discurso religioso parece manter e reproduzir as violências de gêneros, que possuem como premissa a relação entre poder e dominação, legitimando significados que poderão gerar e reafirmar a violência de gênero (Silva, 2013; Vilhena, 2010).

Segundo Rosado-Nunes (2001), a desconstrução da violência de gênero têm na religião um dos seus maiores adversários, pois a religião muitas vezes traz perspectivas históricas e institucionais que afirmam esses papéis de gênero. Essa interpretação vai além do humano, do histórico, pois é algo divino, que não pode ser mudado e é tomado como dogma. Portanto, seus valores servem como fundamento para reprodução de seus discursos na prática religiosa, reafirmando o lugar da mulher como submissa (Rosado-Nunes, 2001).

Souza e Oshiro (2018), complementa esse pensamento ao afirmar que a religião tem o poder de legitimar comportamentos como normas, a partir de suas linguagens, símbolos e rituais. Se essas normas afirmam a obediência e a submissão das mulheres, logo, também possuem o poder de legitimar a violência contra as mulheres. Consequentemente, essa religiosidade contribui para a violência de gênero (Souza & Oshiro, 2018).

Entre algumas dessas práticas religiosas que legitimam e mantêm a violência contra a mulher, podemos citar a visão do casamento como algo sagrado e o divórcio como uma desistência à isto, sendo associado a um “erro moral”; o perdão como algo extremamente divino e obrigação do verdadeiro cristão, e até a culpabilização ao demônio por essas agressões sofridas. O casamento, além de todo simbolismo para a religião, traz também um caráter de controle do homem sobre a mulher, onde a mesma tem obrigação de lhe servir, inclusive sexualmente, mesmo sem ser seu desejo, por ordem da natureza ou por ordem divina (Souza & Oshiro, 2018). Todas essas crenças existentes dificultam a identificação da violência e mais ainda do rompimento desta.

Como já dito, as vítimas que conseguem reconhecer esse processo de violência muitas vezes se silenciam por acreditar que as agressões são fraquezas ou o próprio demônio, e assim se inicia um processo de culpa interior por essas agressões. A igreja passa de um espaço social e simbólico que conforta e dá sentido à suas vidas, para um contexto que protege e tira a culpa do agressor, relacionando a violência à algo sobrenatural. Além disso, o fato de se romper com essa violência e denunciar é entendido como falta de fé no “melhor que Deus está preparando”, que no caso é a melhora de seu companheiro. Afirmando ainda que todos esses sofrimentos devem ser combatidos pelo poder da oração (Vilhena, 2010).

Apesar de toda essa herança histórica e social que a religião muitas vezes fundamenta na violência de gênero, há estudos relacionando o feminismo ao teologismo, que segue um caminho em que a religião não é totalmente uma forma de subordinação. Assim, cria-se novas formas de compreender e reproduzir um discurso baseado na religião, mas com teor igualitário sobre as relações de gêneros, levando a um entendimento mais atual dessas relações, atravessado principalmente pela atuação feminista nesse contexto. Nesse sentido, a teologia feminista, segundo Pontes e Cavalcanti (2016), buscam romper com essa construção religiosa legitimada no patriarcado, principalmente ao refletir que a bíblia foi construída socialmente e

possui influência de todo um contexto histórico que ocorreu em tempos tão distantes. Essa teologia feminista promove reflexões acerca das questões de gênero na religião a partir de releituras de textos bíblicos, trazendo maior importância a participação das mulheres na bíblia, e na perspectiva de um olhar mais feminino para Deus (Pontes & Cavalcanti, 2016).

Portanto, como traz Souza e Oshiro (2018), a religião apesar de muitas vezes proporcionar e manter a submissão feminina, também pode empoderar mulheres. Esse empoderamento vem em forma de uma “força” e significado que a religião dá para essas mulheres conseguirem romper com a violência e os abusos sofridos (Souza & Oshiro, 2018). Essa força, advinda da religião, também pode ser vista quando as mulheres se tornam líderes nestas igrejas, ou quando conseguem, através da igreja, “resgatar” sua família. Essa questão se torna ambígua, pois ao mesmo tempo em que há o fortalecimento e manutenção dessa violência para algumas mulheres, há o empoderamento e construção de “rotas de fuga” da violência de gênero para outras mulheres (Lage, 2016).

Assim, nos resta questionar qual o papel da religião nesse contexto. O que é feito dentro desse cenário que pode contribuir para manutenção ou a ruptura da violência doméstica? Essa relação de ambiguidade também é vista dentro da igreja. Primeiramente, precisamos citar o caráter de cumplicidade da igreja com essas violências. A igreja contribui para que o silêncio seja mantido por tratar do problema como se fosse algo que não lhe pertence, não falando sobre o tema, dando apoio para que essa violência continue. Segundo, por caracterizar a confissão como algo sagrado e que deve ser um segredo entre igreja e fiel. Essa confissão se mantém segredo mesmo que esteja sendo compartilhada, e a violência também se mantém (Silva, 2009). Posteriormente, é preciso entender que estas mulheres encontram na igreja um lugar de socialização, sendo também um dos poucos lugares que são permitidas frequentarem por seus companheiros abusivos por serem vistas por eles como um “lugar permitido” e seguro, portanto, o modo como esta instituição combate à violência têm

extrema importância para a diminuição desta (Vilhena, 2010).

Segundo Scavone (2008), por diversas vezes as mulheres buscam a religião como forma de apoio e base em suas vidas, principalmente por estarem em um ambiente de conflitos e dificuldades, buscam serem ouvidas, acolhidas, e necessitam serem reconhecidas socialmente. Esta busca se dá na igreja, pois é a partir da religião que estas mulheres expressam seus anseios da alma e do espírito, exercendo suas crenças e busca pela salvação. É neste ambiente de socialização que as mulheres encontram espaços para compartilhar suas dores, seja com seus pastores ou com membros da igreja. Há na igreja uma esperança que seus problemas sejam resolvidos, além da intervenção divina, mas também por intermédio de seus líderes. (Souza & Oshiro, 2018).

O livro “Até Quando? O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo”, escrito por Carrol e Andrade (2010), é citado por Pontes e Cavalcanti (2016) como uma obra direcionada aos líderes dessas igrejas, para o enfrentamento desta violência. A partir da perspectiva bíblica e pastoral, o livro é importante pois demonstra como esses pastores podem apoiar as vítimas, aconselhando-as, incentivando a denúncia e exemplifica possíveis estratégias da igreja para prevenir e combater essa violência contra a mulher. Entre essas ferramentas, cita o uso de roda de poder e controle e roda de igualdade.

Outro importante ponto trazido no livro para esses líderes é o fato, já questionado aqui neste projeto de pesquisa, do casamento não poder ser desfeito com base na doutrina religiosa. Os autores apontam que ao cometer as agressões quem desfaz o casamento é o próprio parceiro, pois violência vai contra os princípios de Deus, principalmente dentro do matrimônio, onde deve ter sempre o amor e o respeito como base. No livro é deixado claro que os ensinamentos bíblicos onde se vai contra o divórcio não significa que apoia-se que mulheres que sofrem violência continuem com seus agressores, além de que um ambiente de vivência violenta familiar coloca a saúde mental e física dos filhos em risco (Carrol &

Andrade, 2010 citado por Pontes & Cavalcanti, 2016).

Assim, pode-se concluir que ao mesmo tempo que a igreja têm papel na manutenção da violência, também têm importante papel na ruptura da mesma. Por isso, é preciso que exista a qualificação destes líderes tanto para diálogo com os agressores, quanto no apoio às vítimas e também em estratégias de ação junto ao poder público, para que haja a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica (Souza & Oshiro, 2018).

4. Metodologia

Esta pesquisa teve como proposta metodológica a pesquisa qualitativa. Segundo Alonso (2016), a pesquisa qualitativa desenvolve-se a partir da relação entre sujeito-sujeito, onde se estuda sujeitos ativos, que possuem intencionalidade e que pensam sobre si. Assim, a partir da pesquisa qualitativa é possível interpretar e entender as estruturas sociais e seus processos, analisando de forma mais significativa um ou alguns casos (Alonso, 2016). Assim, esta pesquisa aposta no modelo de pesquisa qualitativa pois poderá trazer uma compreensão mais profunda sobre a experiência de mulheres vítimas de violência, dando assim uma maior importância à subjetividade dos casos estudados.

A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso múltiplo. O estudo de caso investiga fenômenos em um contexto específico, concreto e complexo. Portanto, ao utilizá-lo para analisar a produção de valores machistas com base no discurso religioso, pretendeu-se investigar vários casos, com a pretensão de produzir comparação entre diferentes contextos em torno de um problema de pesquisa comum (Almeida, 2016). O atual projeto de pesquisa trata de uma situação social específica, por isso cabe a utilização do estudo de caso como estratégia de pesquisa.

Conforme Almeida (2016) descreve, o estudo de caso é um procedimento metodológico que procura compreender, investigar e descrever um fenômeno ou evento social específico, a partir de suas diversas dimensões. A partir da compreensão destas diversas dimensões, e utilizando técnicas para investigação do fenômeno, cabe à investigadora integrar as informações encontradas, de forma que os resultados dependem disso. E assim, pode-se compreender a diversidade e a complexidade encontrados na realidade social (Almeida, 2016). Dito isso, o estudo aqui proposto tem delimitação temática no fenômeno da violência doméstica no âmbito da religiosidade evangélica no Distrito Federal, analisando-se a

experiência de mulheres, evangélicas, que já passaram ou passam pela violência doméstica, frequentadoras de igreja evangélicas no DF.

No âmbito do estudo de caso múltiplo aqui proposto, a pesquisa utilizou-se de entrevistas semiestruturadas como instrumentos de investigação. A entrevista semiestruturada foi proposta por Cannel e Kahn (1974) como um roteiro, onde são embarcados tópicos gerais e perguntas abertas, selecionados para compor esta entrevista. Assim, deve haver uma flexibilidade quanto às perguntas, e a ordem com que irá suceder os tópicos são decididos de acordo com o discurso que o próprio entrevistado irá trazer de forma natural, à medida que a dinâmica da conversa entre entrevistado e entrevistadora vai acontecendo. Estas perguntas deverão produzir no discurso do entrevistado que ele consiga expressar o modo de pensar ou agir frente ao tema proposto (Alves & Silva, 1992).

Assim, este foi o instrumento escolhido para investigar o problema de pesquisa aqui elucidado, pois é a partir da entrevista semiestruturada que pôde-se investigar, pela fala do entrevistado, crenças, valores, e motivos frente aos fatos e comportamentos realizados pelo sujeito em determinada situação. Além disso, como Duarte (2004) completa, a entrevista semiestruturada permite que a pesquisadora veja com profundidade o modo que a entrevistada percebe e significa sua realidade. E é exatamente esta proposta que se esperou alcançar utilizando esse método para entrevistar no contexto desta pesquisa. A partir de uma entrevista semiestruturada, almejou-se que a pesquisadora entendesse e visualizasse de forma significativa a subjetividade da vivência, o modo como entrevistada compreende o cenário encontrado, e também a forma que se dá às relações dentro do grupo estudado, seja pelo olhar das mulheres evangélicas vítimas de violência, de quem perpetua o discurso machista a elas, ou até mesmo de líderes religiosos que estão em contato com o contexto da violência doméstica no universo evangélico do Distrito Federal. (Alves & Silva, 1992; Duarte, 2004).

4.1 Procedimentos

Para sua realização, esta pesquisa foi dividida em cinco etapas, feitas de modo que o roteiro da pesquisa e sua análise tenha como base a bibliografia e os objetivos da pesquisa.

Na primeira etapa, incluiu o levantamento bibliográfico sobre gênero, papéis sociais, patriarcado e o sistema de hierarquia, violência, violência de gênero, violência contra a mulher (intrafamiliar e doméstica), além de leis e dados atuais sobre o assunto no Brasil, o universo religioso evangélico (histórico e atual), e também as crenças, valores machistas, papel da igreja, e discursos que mantêm ou rompem com a violência dentro desta religião. E a partir disso, houve a sistematização de aporte teórico.

O segundo passo realizado foi a Avaliação do Comitê de Ética. Foi necessário que a atual pesquisa fosse submetida ao comitê de ética, pois existem normas nacionais sobre ética a serem seguidas para pesquisa realizadas com seres humanos. A pesquisa, por ser um estudo de caso com uso de entrevistas semiestruturadas, apresenta riscos mínimos à segurança das participantes. Assim, por envolver seres humanos, deve ser garantido que os instrumentos não tragam nenhum tipo de constrangimento para elas. Além disso, deve-se garantir também que as informações coletadas e as respostas das entrevistas sejam mantidas em sigilo. O respeito foi primordial durante toda a pesquisa, seja em posicionamentos políticos, religiosos, valores, ou qualquer opinião pessoal do entrevistado.

Assim, houve a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes (ANEXO A). Este termo contém os dados dos participantes, as informações do que consiste e como será a participação do participante, todas as etapas, os objetivos e os procedimentos da pesquisa. Estava claro também que a participação na pesquisa é de livre escolha da participante, assim como sua continuação durante todo o processo da pesquisa. Neste documento foram esclarecidos possíveis riscos e benefícios da pesquisa, além da

garantia de sigilo de todas as informações e dados do participante. Esse termo foi assinado pela participante no início da pesquisa, e onde estava expresso o uso do gravador, utilizado pela pesquisadora para garantia da correta transcrição dos relatos dos participantes.

O perfil das participantes foi de mulheres evangélicas, que passam ou já passaram por violência doméstica. A pesquisa se desenvolveu a partir da análise das experiências de mulheres, evangélicas, que já passaram ou passam pela violência doméstica, frequentadoras de igreja evangélicas.

Assim, o método de seleção das mulheres foi, primeiramente, por conveniência, a partir da rede de relações profissional e pessoal da pesquisadora. A medida que as entrevistas foram sendo feitas, outras participantes foram selecionadas pelo método “bola de neve”, conforme sugerido por Vinuto (2014). A partir de cada entrevista, foi solicitado às participantes já acessadas, que indiquem novas pessoas, com o perfil desejado para a pesquisa (mulheres evangélicas que já sofreram ou sofrem de violência doméstica) de sua própria rede de relações pessoais. Este método de amostragem é utilizado para ter acesso à amostras mais difíceis de serem encontradas, e como a atual pesquisa trata de um assunto muito pessoal e delicado para as entrevistadas, o perfil requerido pode ter certa dificuldade de ser encontrado (Vinuto, 2014).

A princípio, a pesquisa seria realizada no Grupo de Apoio à mulheres vítimas de violência no CENFOR (Centro de Formação do UniCeub), ao qual a pesquisadora tem acesso como estagiária e facilitadora deste grupo. Mas devido à baixa procura de mulheres à esse grupo até a data de coleta de informações da pesquisa, e por não ter participantes que se autoneomaram evangélicas, recorreremos a entrevistas por amostra por conveniência.

Entretanto, o acesso à amostra foi bastante árduo, o que pode ser explicado - como veremos nas análises - devido ao tema da violência ser de difícil compartilhamento por parte das vítimas, e também por existir um certo tabu acerca deste no universo evangélico.

Estabelecido isto, houve para a terceira etapa: a construção das entrevistas semiestruturadas, onde foi desenvolvido um roteiro de entrevista (APÊNDICE A), que serviu como guia ao longo das entrevistas com as participantes. Esse roteiro abordou a visão das participantes, acerca de sua vivência da violência relacionada à sua religiosidade, quais os papéis sociais que são impostos para si a partir disto, e como o discurso religioso contribuiu para a manutenção ou para o rompimento dessa violência. É interessante o uso dessa técnica pois assim a pesquisadora direciona a entrevista a partir do que é falado, para que haja maior aproveitamento do relato das entrevistadas, garantindo maiores benefícios e possibilidades para a pesquisa. A entrevista também foi usada, pois, foi preciso que exista um caráter flexível, de modo que o roteiro pode ser modificado pela pesquisadora, junto com o orientador da pesquisa, caso analisassem maiores ganhos para a pesquisa através destas modificações. Assim, além de ser importante que existisse um roteiro já pré-estabelecido para que orientasse as entrevistas e não houvesse perda do objetivos durante o processo, é importante também que tivesse esse caráter mais aberto e dinâmico, pois a medida que a pesquisa foi sendo realizada, pôde-se conhecer de maneira mais profunda o objeto de estudo, podendo assim definir novos objetivos específicos.

Na terceira etapa da pesquisa também foi realizada a coleta de informações por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas quatro entrevistas. O uso de entrevistas semiestruturadas se justificou, pois a partir disto, foi possível coletar informações diferentes, em mulheres que tiveram experiências distintas, trazendo também a diversificação em seus discursos e contextos.

A quarta etapa consistiu na transcrição das entrevistas, sistematização das informações e análise do conteúdo. Primeiramente, as entrevistas gravadas foram transcritas, com a pesquisadora mantendo a preocupação de conferência de fidedignidade do que foi relatado nas entrevistas. Depois, houve a sistematização e a análise do conteúdo. Para essas etapas, a

pesquisadora teve como premissa seus objetivos (geral e específico), e se baseando na pesquisa bibliográfica já feita, pôde interpretar o significado destes relatos. É através dessa análise qualitativa que a pesquisadora interpretou o fenômeno estudado, a partir de seu contexto, analisando quais sentidos foram construídos pelas participantes da pesquisa (Alves & Silva, 1992).

A partir da sistematização das informações, utilizando-se da análise de conteúdo temático, pode-se observar regularidades e diferenças que os entrevistados trazem, de modo que foi possível comparar semelhanças, divergências, e assim, se fez possível uma interpretação das informações trazidas nas entrevistas. Assim, trechos mais relevantes foram identificados e classificados, a partir de unidades de significação, fundamentada nos objetivos, tanto gerais quanto específicos, da pesquisa. Desta forma, foi através destas categorias de análise, articuladas umas às outras, que a pesquisadora deu significado ao conteúdo trazido pelos sujeitos. Essas categorias temáticas foram divididas em duas, de modo que facilitou a análise pela pesquisadora. À medida que essa análise foi sendo aprofundada, fez-se uma espécie de afinamento, em subtemas, mais específicos, onde pôde se ter noção do que é importante para a pesquisa. A análise qualitativa foi o resultado da interpretação desses eixos temáticos, com base no referencial teórico pesquisado, e tendo como objetivo formular hipóteses explicativas para o objeto de pesquisa (Duarte, 2014). Por fim, estas informações foram redigidas em forma de redação, de modo a trazer em forma de uma narrativa, baseada tanto na literatura quanto nos sentidos trazidos pelas participantes da pesquisa e os significados encontrados nesta pesquisa. Essa redação deve, necessariamente, levar o leitor a compreensão de todos os resultados encontrados (Alves & Silva, 1992).

4. Resultados e Discussão

Diante das informações coletadas a partir das entrevistas realizadas, podemos apresentar e discutir os resultados mais significados encontrados na pesquisa. Tendo como base as duas categorias analítica:

- a) A violência em si e a relação com o agressor
- b) Religiosidade e as relações de gênero desiguais

Assim, houve a produção e construção da análise do que foi encontrado na pesquisa. As participantes foram nomeadas em participante 1, 2, 3 e 4, de modo que suas identidades fossem preservadas e o sigilo fosse mantido, de acordo com os preceitos éticos de uma pesquisa qualitativa realizada com seres humanos e que aborda o fenômeno da violência de gênero. Segue abaixo tabela especificando as participantes analisadas:

Tabela 1 - Informações Gerais das Participantes

Participantes	Idade	Estado Civil	Escolaridade
Participante 1	29 anos	Solteira	Superior Incompleto
Participante 2	30 anos	Solteira	Superior Completo
Participante 3	26 anos	Solteira	Superior Incompleto
Participante 4	26 anos	Solteira	Superior Completo

5.1 A violência em si e a relação com o agressor

Inicialmente, esta primeira categoria tem como objetivo a contextualização dos casos, onde falaremos sobre as violências sofridas pelas participantes da pesquisa, quais os tipos de violência, como ocorreram, por quanto tempo, com a finalidade de analisarmos melhor estes estudos de casos, compreendendo todo o contexto violento trazido pela história de vida das participantes dessa pesquisa.

A violência psicológica aparece no relato de todas as participantes, onde, através de humilhações, seus agressores as colocam como inferiores a eles, humilhando-as, rebaixando-as, de forma que façam eles se sentirem superiores, e assim essas vítimas se vejam sem forças para sair daquela situação violenta. Durante a entrevista, a participante 1 traz que conheceu seu namorado na igreja, e que viveu um relacionamento abusivo, rodeado de muito ciúmes e machismo:

Participante 1: Hoje eu entendo que eu vivi um relacionamento abusivo. Eu não podia perguntar as horas para ninguém na rua, ele minou todas as minhas amigas, eu perdi quase 15 Kg durante o relacionamento, fiquei anoréxica. Ele falava que eu era feia, ele falava que eu não era inteligente. Ele me convenceu que meus pais estavam contra mim.

O fato desse agressor trazer frases como “falava que eu era feia, que não era inteligente” pode ser explicado por Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), ao discutirem exatamente a ideia que tais agressões ocorrem pois o companheiro quer diminuir a autoimagem da mulher, fazendo com que, subjetivamente, essa mulher se sinta inferior, menosprezada, diminuindo-a. Assim, na medida com que o agressor vai impondo que essa vítima acredite

nessa desvalorização, a mulher vai perdendo sua autoestima, e a violência se reflete em nuances psicológicas (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012).

Ainda no sentido do sofrimento psicológico, a participante 1 conta que havia muita violência psicológica e muito sofrimento na relação afetiva, e que chegou a ter anorexia nervosa. Para Silva, Coelho e Caponi (2007), a violência psicológica traz como consequência problemas emocionais e físicos graves, podendo chegar ao desenvolvimento de doenças psicossomáticas, como no caso da participante, o distúrbio alimentar. Segundo Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) esse sofrimento tem efeito cumulativo e interfere no bem-estar da vítima ao trazer problemas para sua autoestima, fazendo-a crer que é inferior e levando-a à sua autodepreciação, o que no caso da participante 1 teve como consequência a anorexia nervosa (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012; Silva, Coelho & Caponi, 2007).

Ao passar a frequentar o psicólogo, a participante 1 disse que a profissional percebeu sua situação e foi lhe ajudando a sair desse processo violento. Relata que, em sua experiência, a violência física só não ocorreu, pois não chegou a morar com o agressor. Desta forma, a participante traz sua reflexão acerca da sociedade não dar muita importância a casos em que ocorrem somente a violência psicológica. A participante se refere ao ciclo da violência doméstica, que se inicia pela violência psicológica, no trecho a seguir.

Participante 1: A violência psicológica pode ser a porta de entrada de outras violências, e a violência psicológica é aquele emaranhado, aquela teia que não te deixa sair. Eu ficaria naquele ciclo pra sempre se ele não tivesse terminado comigo, e demorado 8 meses, porque foram os oito meses que me deram forças para virar para ele e falar 'não, não volto com você'.

O relato desta participante traz o quanto é importante que se dê a devida relevância à

violência psicológica e suas causas na vida das vítimas de violência doméstica. Segundo Silva, Coelho e Caponi (2007), apesar de vários estudos trazerem a violência psicológica como mais frequente e evidente entre as violências doméstica, é o tipo de violência que recebe menos atenção, sendo assim, é negligenciada. Este dado pode ser baseado no fato da violência ser noticiada ou denunciada apenas quando ocorre a violência física grave, ou quando se chega ao feminicídio. Mesmo que a violência psicológica seja mais difícil de legitimar e entender do que a física, é importante que tenhamos a clareza de que é uma violência tão grave quanto a primeira (Silva, Coelho & Caponi, 2007).

Esse “emaranhado, aquela teia que não te deixa sair” dito pela participante se refere a dificuldade da quebra do ciclo de violência, ciclo este que demanda autonomia dessa mulher para sair desse relacionamento tóxico, visto que muitas vezes é baseado numa dependência emocional da mesma para com o seu agressor. Complementando esta ideia, a participante 4 menciona que só percebeu estar nesta situação, neste “emaranhado” de violência, quando o agressor lhe deu o primeiro tapa no rosto: “Ele era grosseiro comigo, falava coisas que me machucavam por ciúmes, já havia me chutado uma vez na escada, me empurrando pra baixo, até que um dia ele me deu um tapa no rosto”.

A participante 3 relata que percebeu que estava vivendo um relacionamento abusivo com três meses, mas que não conseguia enxergar a seriedade dessa violência por se tratar apenas da psicológica no começo, assim como relatado pela participante 1. Mas, conta também que a violência psicológica evoluiu para violências de todos os tipos, desde a financeira, moral, física, até a sexual. Inclusive, assim como a participante 1, percebeu que realmente estava em um processo extremamente violento quando o agressor a forçou a fazer sexo: “eu ter falado para ele parar, e ele continuar, foi quando me despertou: ‘isso é um estupro!’”.

A partir desses relatos, podemos perceber que a violência tem várias nuances, onde,

expressa-se primeiramente na violência psicológica, através de um ciúmes que adocece o relacionamento. Posterior ou simultaneamente, passa-se para a violência verbal, pois também é através da fala que essa violência se perpetua, a partir de xingamentos, da diminuição do valor da vítima, indo até à violência física e a sexual. Apesar da participante perceber em seu relato esse contexto violento, ela relata que permaneceu por 3 anos nesse relacionamento, relacionando isso mais uma vez à dificuldade na quebra do ciclo da violência, e na saída desse relacionamento abusivo.

Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), dissertam que a violência psicológica ocorre durante todo o ciclo de violência, e que muitas vezes ocorre à priori, ou seja, ela ocorre inicialmente e vai evoluindo para outros tipos de violência. Além disso, é através da violência psicológica que encontramos sofrimentos psíquicos mais intensos até mesmo que de violência física, dando importância assim a forma silenciosa, crônica e adocedora para a mulher neste tipo de violência (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012).

Podemos perceber que, ao questionarmos as participantes sobre quais foram os primeiros sinais dessas violências e como perceberam que estavam em um processo de violência, é comum que estas fiquem um pouco confusas sobre isso, relatando que não lembram, e que foi difícil o processo até o entendimento da violência. A participante 1 conta que na realidade, não percebeu, mas que lembra das vezes em que sofreu violência psicológica através do ciúmes excessivo, e que nitidamente está em sua memória quando tinham apenas 4 meses de namoro, e que, por ciúmes, seu ex namorado lhe disse: “ah, se eu fosse você eu abaixava o tom”, dando um murro na parede. Lembra que ficou muito assustada, mas depois disso ainda ficou com este rapaz por um ano e oito meses.

Silva, Coelho e Caponi (2007), expõem que a violência começa devagar e silenciosamente, aumentando a seriedade da ocorrência, além de trazer progressivamente maiores consequências para a vítima. Assim, como no relato das participantes, as autoras

trazem que os agressores, nas primeiras manifestações dessas violências, não inicia com a agressão física em si, mas começa reduzindo aos poucos sua liberdade, até que essa violência psicológica se expresse verbal e moralmente, em forma de humilhações e xingamentos (Silva, Coelho & Caponi, 2007). Portanto, podemos analisar o “murro na parede” dado pelo companheiro da participante 1 como um aviso material com significado de expressão de poder. É um símbolo agressivo que aquela violência pode evoluir para algo mais sério, demonstrando a força e a coragem do agressor para conseguir persuadir essa mulher. Essa persuasão gera medo, submissão, para que, assim, essa vítima evite vivenciar o ato violento em si e se submeta ao agressor.

Todos esses relatos são atravessados por uma ideia de posse desses agressores sobre essas mulheres. Segundo Dantas-Berger e Giffin (2005), através da concepção da existência de uma ordem social patriarcal que a violência contra as mulheres pode se embasar e tornar um padrão. Assim, ficava com o homem o papel ativo nessa relação, seja socialmente, economicamente ou sexualmente falando. Já para as mulheres ficava a passividade, onde restava para elas a restrição de várias esferas da sua vida, trazendo inclusive uma dependência financeira deste homem, considerado provedor, pois seu papel era apenas de exercer “deveres conjugais”, ligando sua sexualidade apenas à reprodução (Dantas-Berger & Giffin, 2005).

A participante 4 conta que permaneceu no relacionamento por quase 3 anos, e disse que o agressor a ameaçou: “também disse que me mataria se soubesse que eu fiquei com alguém assim que a gente terminou”. Quando traz a ameaça de morte caso ficasse com outra pessoa, a participante traz o ciúmes através da ideia da posse desse homem quanto a ela. Já a participante 1 também traz essa noção de posse, quando relata a incapacidade do ex-namorado em aceitar o fim:

Participante 4: *Quando ele pediu para voltar, e eu não voltei, ele começou a me*

seguir. Os rapazes que faziam cursinho comigo para o vestibular saíam do cursinho, me deixavam em casa. Eles iam a pé até a minha casa, me deixaram dentro de casa, e iam embora. E foi quase no mesmo momento do caso da Eloá⁶, então eu fiquei muito assustada.

Assim como já colocado na revisão bibliográfica desta pesquisa, essas violências são embasadas no ciúmes através de um jogo de poder, construídos principalmente a partir das relações desiguais de gênero, e os papéis impostos sobre o masculino e o feminino. Assim, esse jogo de poder traz a crença de que o masculino possui privilégios acima do feminino. A noção de superioridade do homem faz com que se achem proprietários dessas mulheres, como objetos, portanto, o ciúmes pode estar relacionado à essa ideia de possessividade (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012).

Entre os casos analisados nesta pesquisa, podemos perceber a violência sexual como um sofrimento em comum, presente na história das participantes, e segundo o relato das mesmas, é algo que ainda traz muita dor para suas vida atualmente. A participante 1 conta ainda que sofreu violência sexual do primeiro namorado, que também frequentava a mesma igreja que a dela:

Participante 1: Eu tinha o quê? 15, 16 anos? Aí ele me chamou para ir para casa dele, ele tava sozinho, e aí ele forçou. A minha primeira vez foi sem o meu consentimento,

⁶ Caso Eloá ocorreu em 13 de outubro de 2008, onde Eloá Cristina foi sequestrada e mantida em cárcere privado em sua casa, juntamente com uma amiga, pelo seu ex-namorado, Lindemberg Fernandes, por 100 horas seguidas. Após uma grande repercussão nacional e internacional da mídia, e a invasão da casa por Policiais, o desfecho foi trágico. Eloá levou dois tiros, e morreu no hospital. O sequestrador foi preso e condenado a 99 anos de prisão.

sem a minha vontade, sem o meu consentimento 100%. E na época eu pensei assim ‘ah, eu fui para lá eu sabia que podia acontecer’. Eu até podia saber, mas eu não sabia o nível, e quando eu falei que eu não queria ele ficou chateado e aí nunca mais a gente se falou.

Machado (1998) discute sobre o estupro se tornar o ato sexual como uma imposição de poder, seja sobre o corpo da mulher ou sobre a mulher mesmo, como pessoa. Deste mesmo modo, o relato da participante 1 traz o quanto é imposto para a mulher que seu corpo não é seu, elucidando, através do ato do estupro, o quanto o homem se acha detentor das escolhas dessa mulher. Esse agressor se vê como dono desse corpo, seja quando o ato sexual acontece mesmo sem o consentimento da vítima, seja quando é falado que ao negar o sexo, ele ficou chateado e nunca mais se falaram. Além disso, a autora fala sobre o modo como o homem responsabiliza o ato através de sua biologia, tentando justificar esse estupro como algo impensado, maior que sua razão (Machado, 1998).

Nesta fala também é possível ver uma auto responsabilização, onde ela justifica a culpa que traz para si por ter ido ao local que aconteceu o abuso, sabendo do que poderia acontecer. Machado (1998) fala ainda sobre o modo como os abusadores tendem a afirmar que a responsabilidade racional do ato é da mulher, culpabilizando a vítima. Isso pode ter sido internalizado pela participante, pois a mesma se questiona culpada, pois afirma ter ido a casa do agressor (Machado, 1998).

De modo mais delicado, o relato da participante 2 traz a violência doméstica sofrida por seu próprio pai, onde, além de haver a violência psicológica, física, há também o relato de abuso sexual infantil sofrido durante toda sua infância, além de ter sido obrigada a fazer vários abortos ilegais:

Participante 2: *Os abusos começaram quando eu tinha 5 anos de idade, e foram até os 16. Foi o meu próprio pai. Eu passei por três abortos, o primeiro foi espontâneo aos 12 anos de idade, e os outros dois foi ele mesmo que fez, porque ele é médico.*

Para Machado (1998), esses abusadores fazem uma espécie de classificação, que vai de familiar à desconhecidas. A maioria das vítimas de estupro são as chamadas desconhecidas. A partir desse pensamento, o abuso de uma desconhecida é um ato banal, mas o estupro dentro do espaço doméstico, a partir de uma relação incestuosa, passa a ser percebida, como um ato cruel, inclusive na visão de parte dos estupradores. A figura de pai construída socialmente é totalmente contrária a figura do estuprador, fazendo com que seja inimaginável um pai, dada sua função de cuidador e provedor desse lar, ser o mesmo monstro que estupra (Machado, 1998). Porém, abusos sexuais intrafamiliares são comuns.

Assim, como colocado pela participante em seu relato, essa denúncia se torna muito mais difícil, visto toda a complexidade que rodeia os estupros no ambiente familiar. É a partir da denúncia que há a desfragmentação dessa família, além da culpabilização para essa vítima. Deste modo, o abusador passa a mostrar que essa violência sexual nada mais é que a continuação do seu direito de pai, que coloca o papel de filha como o papel da mãe, pois é com esta filha que este pai mantém relações sexuais. A justificação da violência é dada por estes pais como se fosse algo consentido, normalizando isto como uma relação de aliança (Machado, 1998).

A participante diz que só percebeu o abuso aos 20 anos, visto que sua mente bloqueou o ocorrido:

Participante 2: *Minha mente bloqueou todo abuso, até que eu fui morar sozinha com 20 anos de idade... começaram a vir em flashes, então eu sentia como se tivesse*

acontecendo ali naquele momento. Primeiro que eu tinha sido abusada, depois aonde eu tinha sido abusada, depois por quanto tempo isso aconteceu. Depois de alguns fragmentos, eu sentia no meu corpo o que tinha acontecido, e por último me veio que foi o meu pai... Eu só tinha uma depressão muito profunda e eu não sabia de onde ela vinha, eu tratava desde os 12 anos, que foi desde o primeiro aborto mais ou menos, ali.

Deste modo, podemos ver em seu relato, que o abuso sexual sofrido durante toda sua infância e adolescência, trouxe consequências para toda sua vida adulta. Lira et al. (2017), trazem o quanto esses abusos sexuais praticados na infância interferem em suas vidas posteriormente, resultando em consequências como baixa autoestima, depressão, comportamentos autodestrutivos, problemas na esfera sexual, vontades de cometer homicídios, e até ideações e tentativas de suicídio (Lira et al., 2017). Outra possível consequência é uma confusão identitária, uma dor profunda referente à um senso de pertencimento que é baseado em dor.

A participante coloca exatamente a maneira como esse pai, com base na noção de patriarca, se vê como chefe da família, portanto, dono dessa filha. O patriarcado é um sistema social imposto culturalmente, e é fundamentado nessa hierarquia desigual de gênero. É a partir dele que se mantém essa submissão entre os gêneros, onde o homem se vê possuidor, superior e autoritário sobre a mulher, gerando e confirmando várias formas de violência (Souza & Oshiro, 2018; Suárez & Arroyave, 2009).

Além disso, podemos ver que além do medo de ser “a destruidora da família” ao denunciar o pai, essa vítima pode começar a compreender que para pertencer a essa família precisaria se submeter a violência: antes sexual, agora psicológica:

Participante 2: *Não tô mais sofrendo abuso sexual, mas tô sofrendo situação abusiva, violência psicológica. Assim, melhorou muito, muito, desde que veio tudo à tona. Foi difícil, fui chamada de louca, até hoje eu sou (respiração funda), e minha relação com a minha família até hoje não é muito boa.*

Assim como trazido por Lira et al. (2017), o abuso sexual cometido pelo pai afeta o convívio familiar, provocando afastamento dentro dessa família, principalmente na relação entre a mãe da vítima e ela. Os autores ainda dissertam sobre o fato do abuso virar o centro das vidas de quem o sofreu, onde as lembranças são frequentes, e essa questão se torna extremamente difícil de ser encarada (Lira et al., 2017).

Além de toda carga psicológica que esse abuso sexual trouxe para a vida da participante, ele ainda foi usado para descaracterizá-la como uma pessoa “normal”. Ao ser chamada de “louca”, “sem razão”, torna-se aquela que não possui consciência do que foi vivido, assim, sua confissão do abuso passou a ser mitificada pelos seus conhecidos e familiares. Segundo a participante, isso ainda é intensificado neste caso, pois o abusador passa a imagem de “bom pai”, bom cidadão, e até bom cristão. Além disso, a participante ainda relata que continua morando com seu pai:

Participante 2: *Hoje estou vivendo lá na casa deles, eu cheguei a sair, mas eu não consegui me manter fora, por condição financeira... Eu tô desempregada, e não tô conseguindo me sustentar, então eu ainda estou em situação abusiva.*

Nesta fala podemos ver que há um mal-estar em não se sentir independente, autônoma, principalmente para poder seguir em frente em um cenário diferente do que vivenciou o abuso (sua própria casa), principalmente devido à essa dependência financeira da vítima com seu

abusador. Segundo Paiva (1999), essa dependência financeira leva à uma aceitação da violência, pois é esse agressor que supre suas necessidades básicas para sobreviver, aceitando assim se manter nesse relacionamento violento de várias formas (Paiva, 1999).

Entende-se que todo o processo de violência é bastante sofrido e difícil para as vítimas. Ao estar em um relacionamento abusivo, além de estar constantemente acessível à todo tipo de violência, essas vítimas encontram dificuldades principalmente na quebra deste ciclo, e também na recusa do agressor com o fim do relacionamento.

Quando questionadas sobre quais foram as maiores dificuldades na experiência de violência, semelhantemente, as participantes 1 e 3 contaram que além de toda a vivência da violência ter sido rodeada de muito sofrimento, tiveram muita dificuldade em contar pra alguém sobre o que estava se passando.

Participante 1: Minha maior dificuldade foi viver, porque eu não podia viver... Eu tinha medo de tudo, se ele me visse falando com um colega, se ele me visse falando com você esse tempo todo ele falaria: 'que que você tá falando tanto tempo com aquela pessoa? que que você tava falando para ela?.'

Participante 3: Eu achava que eu sempre ia perdoar, eu tinha vergonha de falar com as pessoas, e me acharem doida... Eu me senti morta, eu tinha muito medo, eu não era eu, eu não andava com as pessoas que eu gostava, eu não fazia o que eu gostava... Só depois que eu saí que eu tive mais liberdade para falar. E para entender também, porque quando a gente tá envolvido a gente não entende o que tá acontecendo.

Podemos visualizar nesta frase tão forte, trazida pela participante, o “sentir-se morta”, onde essa morte é subjetiva, representando o modo como a participante se excluiu para viver

pelo outro. Suas escolhas, decisões, afetos, foram excluídos para dar aquele parceiro o poder de decidir por ela. Pode-se entender essa dinâmica de submissão justamente por ter medo dessa morte real, não só a subjetiva.

Para Schraiber, D'Oliveira, Falcão e Figueiredo (2005), muitas vezes quando ocorre a violência entre parceiros, os agressores justificam a violência com a afirmação de que perderam o controle ou, contrariando totalmente sua própria justificativa, que há a agressão justamente porque as vítimas não se controlam, e usaram da violência para ensiná-las. Assim, essa justificativa traz consigo uma culpa para essas vítimas, levando à sentimentos de vergonha, dificultando mais ainda a revelação e a quebra deste ciclo de violência (Schraiber, D'Oliveira, Falcão & Figueiredo, 2005).

Ao relatar que sua maior dificuldade era achar que sempre ia perdoar e que por isso tinha vergonha de falar com as pessoas, falando inclusive sobre seu medo de ser taxada como louca, a participante fala sobre o que Soares (2004) disserta sobre a mulher vítima de violência se sentir inferiorizada por não ser ouvida, sentindo medo e um sentimento de impotência. Essas mulheres costumam reagir de acordo com a relação com o companheiro, mas as reações comuns são a passividade, vergonha, decepção, culpa e muito sofrimento (Soares, 2004).

Assim, as participantes também trazem a dificuldade em sair do processo violento. A participante 1 relata:

Participante 1: De alguma forma eu achava que eu tava errada, então aceitava, e tentava consertar tudo sempre, e nunca dava certo... A segunda parte mais difícil foi quando eu percebi que isso dali estava me fazendo mal, e eu não sabia sair, eu não tinha força para sair... Eu estaria lá para sempre, graças a deus ele terminou comigo, e assumi isso para as pessoas: 'foi um relacionamento abusivo!'.

Do mesmo modo, a participante 3 também sentia muita dificuldade em quebrar o ciclo violento, pois achava que sempre iria perdoar o ex namorado:

Participante 3: *Eu até cheguei a pensar em alguns momentos que eu não sairia: 'eu vou ficar aqui para sempre'. Sair foi um processo doloroso, porque é muito maluco, a pessoa que era para te amar, te machuca!... Eu acho que eu só admiti, quando eu saí. Quando eu tava dentro, romantizava. Eu sempre justificava uma violência com algo. Ai só quando eu saí, tomei distância, vi outra pessoa no mesmo processo, eu falei 'ah, não era eu não, eu não tava louca' e percebi que o problema era ele.*

A dificuldade em sair dessa violência, exposta pelas participantes, fundamenta-se no ciclo da violência, explicado na revisão bibliográfica por Lucena et al. (2006). Esse ciclo, ainda segundo os autores, tem como base papéis de gênero, pois é a partir disso que se constrói a ideia da mulher ser passiva e o homem dominador, fazendo com que seja tão difícil a quebra desse ciclo. No ciclo, as mulheres se sentem culpadas, assim, há o perdão pelas agressões, e o ciclo se renova por diversas vezes (Lucena et al., 2016).

A renovação e impossibilidade de quebra desse ciclo pode ser entendida também pelo dispositivo amoroso, trazido por Zanella (2018), onde é discutido que, a partir da interação do modelo moderno de amor com a moral, o dever da mulher é se dedicar para o homem, reafirmando uma lógica antiga que impõe para as mulheres o papel de submissa, boa, monogâmica adorável. Assim, as coloca num lugar de estar sempre disponível como amantes para esses homens, trazendo a ideia de que o amor romântico é o resumo de tudo o que elas são, sendo até necessário que “se sacrifiquem” por esse amor. Já o homem é imposto ser poligâmico, não precisando dedicar-se intensamente para as mulheres, esse amor não precisa ser romantizado. É a partir disso que se reforçam discursos que oprimem as mulheres,

validando uma relação de desigualdade entre esses gêneros (Zanello, 2018).

Também em relação às dificuldades enfrentadas no processo da violência, a participante 2 conta que foi uma sequência de construção e desconstrução em cima de tudo aquilo que lhe havia acontecido, mas que a parte mais dolorosa foi relembrar o abuso:

Participante 2: Quando eu tava lembrando de tudo foi como se tivesse acontecendo ali na hora, isso dói, porque é físico também. Você vê acontecendo assim, é físico, acontece de novo, a mente puxa para você como se estivesse acontecendo ali. É sufocante, você quer morrer, mas não quer lembrar o que tava acontecendo.

A participante 4 relata ainda que além da dificuldade de lembrar, e ter que contar para sua família, teve muita rejeição, que as pessoas duvidaram e até hoje negam seu relato, falando que: “Eu inventei tudo isso do meu pai só para acabar com a imagem dele... Isso dói, dói muito, isso mata você na unha, não é uma coisa que eu desejo para ninguém”. Muitas vezes, a incredulidade sobre a denúncia de abuso sexual, principalmente intrafamiliar, é vista como recorrente. Arpini, Savegano e Witt (2017) descrevem como, em diferentes estudos, é posto a grande frequência com que se duvidam da vítima, fazendo inclusive com que passem a negar essas violências, principalmente quando essa denúncia é capaz de causar o rompimento familiar, e quando o abusador é o responsável econômico por esta família. Ainda, é através dessa dinâmica que a vítima compreende o silêncio como forma de proteção, de modo que pode levar até o esquecimento da vivência violenta. Assim como já colocado anteriormente, a vítima passa a ter um sofrimento repetido, de modo a ser culpada tanto pela quebra da estrutura familiar, quanto desacreditado sobre a veracidade dos fatos (Arpini, Savegano & Witt, 2017).

Porém, é importante trazer também que apesar de toda complexidade das vivências

violentas dessas participantes, elas criaram mecanismos para passar por todo esse processo e enfrentá-lo, da maneira que conseguissem acabar com essa violência.

Participante 1: Eu comecei a criar mecanismos, comecei a falar mais, e até que hoje eu falo!”. Relata também que além da fé, contou com outras estratégias para se curar das consequências deixadas pela violências: “Hoje isso tem o que? 11 anos. Agora falar está muito mais fácil, eu já passei por vários processos de cura, de auto aceitação, de terapia, amadureci bastante. Já passei por várias coisas que me fazem olhar, isso como se eu tivesse de fora já.

Parente, Nascimento e Vieira (2009), concluem que o enfrentamento à violência doméstica sofrida por essas mulheres dependem do quanto elas estão suscetíveis à violência, o grau de severidade desta, os benefícios e as dificuldades que encontram para deixar para trás a situação violenta. Assim como exposto no relato da participante, as autoras trazem que a vivência é tão sofrida, que é preciso encontrar estratégias de enfrentamento desta. Para que assim, o sofrimento psicológico trazido como consequência da situação violência, pudesse ser minimizado, deve se iniciar a partir da quebra do silêncio (Parente, Nascimento & Vieira, 2009) .

5.2 Religiosidade e as relações de gênero desiguais

A partir da compreensão do contexto violento das participantes, na segunda categoria analisaremos como os discursos religiosos reforçam a desigualdade entre os gêneros. De acordo com as entrevistas realizadas, podemos visualizar o modo como estes papéis de gênero foram construídos e são mantidos pela religião.

Primeiramente, podemos verificar como estas mulheres, a partir de suas próprias compreensões, acreditam ou acreditavam como mulheres evangélicas deveriam ser ou se portar, principalmente baseadas nos papéis sociais esperados para o gênero feminino.

Segundo o relato da participante 1, ela achava que uma mulher evangélica deveria ser:

Participante 1: *Submissa, boa, é, sempre ser mansa, nunca, nunca levantar a voz, nunca reagir de forma impositiva, ser sempre uma mulher boa... e como se a bondade dela fosse ser o que deve prevalecer, ser domada, e como se não pudesse ser errada.*

Esse relato é baseado em como as religiões cristãs, ao cobrar das fiéis que sejam boas, mansas, submissas, impõe às mulheres devam aceitar a submissão. Como já posto por Souza e Oshiro (2018), a religião muitas vezes reafirmam comportamentos dos indivíduos como normas, e a partir dessas normas há a naturalização de uma obediência e submissão das mulheres com os homens, legitimando assim a violência de gênero (Souza e Oshiro, 2018).

Quando questionada se atualmente a participante 1 ainda acreditava nisto, a participante traz que: “Eu acreditava muito nisso, hoje eu continuo acreditando que ela tem que ser boa, que as pessoas tem que ser boas, não só as mulheres”. A partir dessa fala, podemos perceber que apesar de uma visão mais crítica daquilo que era imposto sobre essa participante, ela continua com a visão de que deve ser boa. Ao analisarmos essa expressão,

“ser boa ou ser bom” passa a ser visto a partir de critérios da própria religião, assim, essa ideia pode eventualmente ser confundida com submissão, como já colocado anteriormente.

A participante 2, apesar de não se considerar uma evangélica “dentro dos padrões esperados”, pôde-se também visualizar seu discurso relacionado à estes papéis de gênero, pois quando levantado o mesmo questionamento, diz:

Participante 2: Não, mas eu sempre fui meio rebelde também, tem isso. Mas a gente sempre se cuidava, assim, para não ficar muito, sei lá, muito vulgar, mas é muito mais dependendo do ambiente, né?! Tipo você não vai para uma reunião como um decotão, nem vai para o trabalho vestida de mini saia.

Segundo Zanello (2018), esses papéis de gênero passam a ser baseados em scripts culturais, onde os modos como as práticas sociais impõe como ser, agir, sentimentos, pensamentos, comportamentos e como devem se movimentar para que sejam considerados mulheres ou homens (Zanello, 2018). Ao relacionarmos isso ao relato da participante, percebemos que ao trazer o modo como ela acredita que deve se vestir, direcionado somente para as mulheres, é uma imposição de como ser, agir e se comportar, imposto por esses papéis de gênero. Também devemos dar maior importância à algumas palavras ditas pela participante, como: “vulgar” e “rebelde”. Quais os critérios de normalidade que a participante usa para fazer esse comparativo? É possível que para ela, foi entendido, devido à todas essas normas sociais de gênero, que estar vestida de tal forma, significa estar vulgar, portanto, estar indevida para a situação. Mesmo que muitas vezes tenham um discurso de que essas normas não são impostas sobre si, como no fato da participante se considerar “rebelde” perante as práticas sociais da igreja, essas regras são internalizadas, mesmo que de forma inconsciente.

Ainda com base nessas questões de gênero, e como encontrado na literatura a partir de

Silva (2013), a participante 1 traz a relação do feminino e, principalmente, da sensualidade feminina, com o impuro, o mal:

Participante 1: A visão de que a sensualidade é ruim, de que mulher não pode ser sensual, várias coisas assim. Às vezes a mulher dentro do quarto pode ser um arraso, mas fora ela não pode, é errado, sensualidade é uma coisa vinda do demônio, não vem de Deus.

Silva (2013), traz que essa noção de mulher como possuidora do mal origina-se, segundo a Bíblia, desde a criação do mundo, onde Eva é culpada por Adão ter comido a fruta proibida que levou à expulsão deles desse paraíso. Como castigo para isso, as mulheres deveriam aceitar sua submissão aos homens. Assim, a sensualidade feminina, como trazido na fala da participante, é relacionada com algo ruim, ao mal, algo que desvirtuaria os outros, inferiorizando essas mulheres, que são vistas como provocadoras, tendo suas racionalidades sexuais penalizadas (Silva, 2013).

Porém, ao contrário do esperado inicialmente com base no referencial teórico, as quatro participantes tenderam a responder de maneira crítica acerca destes papéis sociais impostos pela igreja. Principalmente, quando levantado a relação entre aceitar a violência doméstica por ser evangélica, todas as participantes negaram isto: “Eu não tenho que aceitar por ser evangélica não”. Uma hipótese que merece maior aprofundamentos é que as participantes possuem esse discurso por terem sido uma amostra com mulheres jovens, universitárias, portanto, possuem mais contato e conhecimento sobre assuntos como a violência doméstica, relacionamentos abusivos e ideias feministas, pois são discussões atuais e que podem ser mais visualizados nos locais que frequentam, como suas universidades e rede sociais.

Apesar dessas falas com teor mais questionador, as participantes trouxeram casos de

conhecidas que sofreram a violência no ambiente religioso. Assim, podemos visualizar que não é por ser religiosa que essas mulheres aceitam a violência, mas o âmbito religioso é perpassado por violência, e inclusive duas das participantes vivenciaram as experiências de violências exatamente nesse contexto.

Assim, a participante 1 diz que apesar de não concordar com isto, percebeu que chegou a aceitar a violência por causa da religião: “Acho que sim, acho que eu aceitei, tinha isso também que eu aceitei porque não podia desistir dele, tipo “ah, deus vai mudar ele, deus vai tocar ele, deus vai fazer alguma coisa, eu só tenho que ser boa”.

Vilhena (2010) disserta que o romper com a violência quando esta é relacionada à um contexto religioso é mais difícil ainda por ser entendido como falta de fé. Nessa fé, o papel de Deus é melhorar esse companheiro, tornando-o um homem bom, que não perpetua a violência em sua companheira. Já o papel da mulher que acredita nesse Deus é esperar fielmente essa melhora. No caso dessa participante, ela acreditava que essa mudança viria através dela sendo boa e conseqüentemente submissa, reafirmando mais uma vez aquilo já posto anteriormente: a bondade esperada dessa mulher confundida com submissão (Vilhena, 2010).

A participante 4, reafirma que sim, existem discursos na religião que sustentam as hierarquias de gênero, perpassando tanto por esse discurso do “perdoar ser cristão”, quanto pelo discurso do “casamento como algo eterno”. Assim como traz Souza e Oshiro (2018), ao afirmar que essas práticas religiosas mantém a violência contra mulher ao impor ideias como a de que o casamento é algo sagrado, e o divórcio o contrário disso, vendo assim o divórcio como desistência dessa fé, um erro. A partir dessa religiosidade também é enxergado o perdão como algo vindo de Deus, portanto, “perdoar é divino”, e tudo deve ser perdoado por aquele que realmente é cristão. A participante 4 fala sobre o assunto: “Então, eu acho que a igreja prega muito isso de que o casamento é pra sempre e acabam ensinando que muitas vezes a mulher tem que se submeter a certo tipo de coisa para salvar seu casamento”.

Relacionando essa fala da participante à literatura trazida pelos autores, as mulheres passam a se submeter à essa inferioridade dentro do casamento, pois precisa aceitar isso para que este casamento seja “salvo”. O casamento se torna, assim, um controle desse homem sobre essa mulher, sendo desta a obrigação de servir, até mesmo sexualmente este marido por ordem divina (Souza & Oshiro, 2018).

Podemos relacionar esse “salvamento” também ao que Zanello (2018) traz como a maneira que o dispositivo amoroso passa a se tornar a noção de identidade e auto-valor que essas mulheres têm de si mesmas. Desse modo, o casamento e a importância do não falhar nisto, passa a ser uma prisão subjetiva para essas mulheres. Deste modo, passa a ser responsabilidade da mulher a manutenção de suas relações amorosas, pois, da mesma maneira que é papel dela uma maior dedicação à isso, também é seu papel a submissão, através do silêncio, para que não exista a ruptura dessa relação (Zanello, 2018).

Apesar de estas ideias existirem e serem reproduzidas dentro desses espaços, essas mulheres criaram mecanismos para que haja a quebra desta subordinação imposta em suas vidas, como, por exemplo, a mudança para um diferente movimento dentro da religião evangélica. Ao analisarmos a trajetória evangélica destas mulheres, apenas a participante 4 é da mesma igreja desde sempre, como afirma: “Sou cristã desde que me entendo por gente, cresci dentro da mesma igreja”. As demais participantes viveram trânsitos religiosos.

A participante 3 responde que antes era católica, mas que aos 10 anos uma amiga convidou-a para o grupo de teatro da igreja, e assim passou a também frequentar os cultos, saindo da igreja católica e permanecendo na evangélica até hoje: “Eu mudei pra uma outra agora justamente porque parece mais com o meu estilo de ver as coisas, sabe?! Percebi que nesta igreja não sofria tanto julgamento”.

Dentro da religião evangélica há variadas denominações, sendo assim, há regras e formas de organizações distintas entre elas. Portanto, há distinções também em termos de

equidade de gênero entre essas igrejas. Segundo Neri (2007), as mulheres católicas estão migrando mais para a igreja evangélica, pois, entre outros fatores, o dogma rígido católico está sendo substituído por religiões que auxiliam para uma maior liberdade das mulheres. Essa rigidez católica é demonstrada através da colocação de temas atuais e importantes para mulheres como o divórcio, métodos contraceptivos, aborto, e emancipação econômica e profissional, como tabus pelo catolicismo, tornando-o uma religião patriarcal. Assim, a independência feminina que se dá atualmente vai contra muitos costumes da igreja católica, mas ao contrário dos homens que abandonam a igreja, as mulheres modificam suas crenças, preservando sua religiosidade, mas em locais que legitimem suas questões (Neri, 2007).

Como já colocado anteriormente, essas ideias patriarcais também são elucidadas no ambiente evangélico, mas as igrejas evangélicas e suas diferentes linhas são vistas como lugares mais acolhedores, visto que são enxergados mais como comunidades. Rabelo et al. (2002), disserta sobre o fato dessas igrejas evangélicas se constituírem como comunidades, onde criam e mantêm relações tão próximas que a partir dessas práticas religiosas, passam a se considerar verdadeiros irmãos, inclusive nomeando os membros em comum dessa igreja assim. Estes fiéis passam a conviver e se relacionarem inclusive fora do ambiente da igreja com todo a simbologia do pertencimento a uma “família” (Rabelo et al., 2002).

Identicamente, as participantes 1 e 2 mudaram das igrejas onde frequentaram quando crianças para diferentes vertentes evangélicas, vertentes estas mais atuais, liberais e tolerantes. A Participante 1 relata que toda sua família é evangélica, e que entrou na igreja aos 9 anos, permaneceu na mesma igreja até os 18 anos, mudou para outro segmento evangélico, depois decidiu sair de vez: “Depois de um tempo eu saí porque não tava me identificando mais com a estrutura hierárquica...”. Porém conta que, atualmente, começou a frequentar uma comunidade evangélica.

Já a participante 2 relata que apesar de se considerar evangélica, não gosta mais de ir a

igrejas, e que hoje também frequenta uma comunidade: “Não funciona com o modelo da igreja, eu odeio sistemas de igreja, justamente por causa do trauma, e como a igreja lidou com isso”. Essa igreja passa a ser chamada de comunidade por se transformar, se tornando um lugar mais atual, possuidor de novas práticas religiosas, com menos frequentadores e mais intimista, e como colocado no relato das participantes, algo que perde o caráter julgador trazido pela igreja.

De acordo com diversos trechos dos estudos de caso desta pesquisa, conseguimos perceber a importância do modo como a igreja lida com essa violência e como isso influencia tanto na ruptura, quanto na manutenção da violência sofrida por essas fiéis.

Ao analisarmos nas entrevistas os fatores de proteção oriundos das igrejas que contribuem para a ruptura da violência doméstica dessas fiéis, o resultado é menor que o esperado. Contudo, apesar da história de vida das participantes estarem fundamentadas em relatos de uma religião que por muitas vezes as desamparou, pode-se perceber em seus relatos que a fé e adesão religiosa, apesar de tudo, é mantida nos quatro casos.

A participante 2 traz, em seu relato, que apesar de ter saído da igreja original pela reação negativa que teve da mesma ao contar sobre sua violência, sua fé continuou:

*Participante 2: Sai da igreja mesmo, só que eu já tinha a cabeça muito firmada sabe?
Em quem era Jesus, eu já sabia quem ele era para mim, eu já sabia que deus era pai.
E aí a minha força mesmo foi da minha fé, não foi no que todos os outros estavam
fazendo para mim, entendeu?.*

A participante ainda conclui que foi no estudo desta fé que ela se reestruturou psicologicamente: “Isso (o estudo da fé) foi me tirando do processo depressivo que eu tava. Tão arruinada ali, tão acabada, mas se fosse depender da igreja... eu tava era morta”.

Do mesmo modo, a participante 1, ao ser questionada sobre a violência que sofria, também trouxe sua relação com a fé, ao relatar que: “Eu falo que foi um

livramento de Deus. Assim, eu sempre tive fé né”. A participante 2 fala que independente da igreja, havia nela uma certeza de quem era Deus. Que ela e suas amigas eram consideradas as “ovelhas negras” na igreja por sempre levantarem questionamentos as ordem estabelecidas, mas a fé delas era independente da instituição religiosa.

Souza e Oshiro (2018), expõem que do mesmo modo que a religião pode influenciar essa submissão, é também responsável de empoderar essas mulheres. Ao relatar que foi através do estudo dessa fé que trouxe sua cura, a participante 2 coloca como essa força é oriunda também da religião, assim como as outras participantes ao mencionarem que suas fiés continuavam. Assim, a mesma religiosidade que é capaz de manter a violência, é a religiosidade que rompe com a mesma. (Souza & Oshiro, 2018).

Assim, como concluído na revisão bibliográfica, a igreja tem muita importância tanto no papel de romper com essa violência, quanto na continuação dela. Essa ruptura pode ser capaz a partir da qualificação dos líderes, seja em atividades com os agressores, no apoio às vítimas, e até em ações políticas que auxiliem na prevenção e no combate à essa violência (Souza & Oshiro, 2018).

Nas quatro entrevistas, há mais relatos de uma falta de apoio, do que de amparo vindo da igreja, principalmente desses líderes. Por exemplo, a participante 1 relata que, mesmo que uma dessas vertentes evangélicas, a Batista, traga um discurso de igualdade entre gêneros, também coloca a responsabilidade do casamento dar certo ou não, somente para a mulher, afirmando também essa ideia de submissão das mulheres:

Participante 1: A mulher é a costela de Adão, ela está lado a lado, e não em uma relação hierárquica. Não um embaixo do outro, mas como laterais, juntos. Como

engrenagem, trabalham. Mas se tá dando alguma coisa errada a solução é a mulher ser melhor, mais mansa, mais respeitosa, e eu não sei o que eles falam para os homens, e às vezes eles não agem desse jeito.

Scavone (2008) disserta que, apesar da religião apresentar respostas mais imediatas para os conflitos pessoais e familiares dessas mulheres, é também a partir destas práticas religiosas que possuem como base o patriarcado que são reafirmados os lugares submissos dessas mulheres dentro da família tradicional (Scavone, 2008).

É preciso, contudo, não generalizar. O que está sendo discutido nestes resultados é somente o que foi levantado nas entrevistas feitas. Com base na literatura, podemos visualizar que existem várias denominações evangélicas preocupadas com seus fiéis, com o relacionamento dos casais dessas igrejas, e até mesmo com a não consumação da violência de gênero.

Porém, quando investigamos as influências do discurso trazido pelas igrejas evangélicas, principalmente pelos seus líderes, observamos muitos fatores de riscos que, aparentemente, contribuem para que esta violência se mantenha, e também reafirmam ideias machistas neste cenário. A participante 3 diz que presenciou um pastor discursar em um casamento sobre não ser papel do homem cuidar dos filhos:

Participante 3: Eu fiquei querendo vomitar, eu ouvi o cara ficar falando disso, eu nem acreditei... Ele justificando machismo, a violência, não à violência em si, mas a questão do cara não fazer as coisas de casa. Porque (o homem) se sente melhor que a mulher, sente que ele tem que fazer coisas diferentes da mulher.

A noção de maternidade, apresentada pela bíblia, de uma mãe que vive sua vida exclusivamente para seu filho, baseia-se nesse discurso religioso para deste modo mulheres que, além de serem obrigadas a abrirem mão de seus desejos pela sua família e a vontade do outro, deverão aceitar essas imposições, sendo boas, cuidadoras do seu lar, submissas, pacientes, aceitando tudo para que sirvam seus filhos com competência. Assim, é imposto que esse papel de cuidadora (da casa ou dos filhos) seja somente da mulher, livrando o homem de um dever que também é dele (Vilhena, 2010).

Com uma fala parecida acerca da divisão das tarefas e os papéis de gênero que esses pastores trazem em seus discursos, quando questionado para a participante 1 se ela já viu algum pastor afirmar algo sobre essa submissão do feminino, ela conta que:

Participante 1: Ah, várias vezes, principalmente os pentecostais, Universal, Mundial, Sara Nossa Terra, algumas igrejas Batistas também. De (a mulher) ter que edificar. Não que isso seja ruim, as estruturas familiares funcionam muito bem dessa forma. E às vezes a mulher é feliz fazendo isso, mas às vezes não, às vezes destrói os dois.

Como visto no relato dessa participante, o discurso da igreja sugere que a mulher é responsável por edificar esse lar, e como isso, de maneira oposta ao pensamento de edificar, acaba sendo desestruturante para algumas famílias. É preciso entender que ao relacionarmos a violência de gênero à essa religiosidade, elencamos também o fato da religião possuir várias perspectivas históricas e institucionais, e são essas convicções trazidas a partir dessas perspectivas que reafirmam os papéis de gênero. Essas ideias de gênero embasadas na religião são intensificadas, pois passam a ser inquestionáveis, trazendo consigo o argumento de que tudo o que é de Deus, é imutável, não deve ser questionável, e vai além da racionalidade humana. Assim, sustenta-se o lugar de mulher como submissa (Rosado-Nunes, 2001).

Portanto, quando levantado nas entrevistas se a violência doméstica era um assunto abordado por meio de pregações, debates, ou conversas no cultos, dentro desse cenário religioso, podemos perceber que este não é um assunto amplamente tratado. A participante 1 traz que os pastores só conversavam sobre isso quando os fiéis iam até eles, contando que em sua antiga igreja, a violência doméstica ou algo sobre nunca foi debatido, pois geralmente era um meio machista. Já a participante 4 conta que esse assunto nunca foi abordado em sua igreja.

Acredita-se que um fator de perpetuação dessa violência através da igreja pode ser através do silêncio que as igrejas fazem quanto ao problema, pois muitas vezes a violência é tratada como algo não pertencente à ela. Quando é compartilhado com esses líderes as situações violentas, é possível que haja o silêncio, visto a confissão ser algo sagrado, mas isso certamente pode contribuir para a manutenção dessa violência (Silva, 2009).

Como outro exemplo disto, a participante 2 traz que:

Participante 2: Chegou uma mulher dizendo que apanhava do marido, e a pastora falou que ela não poderia ajudar ela enquanto ela não fosse casada, porque ela não era casada na igreja e no papel... Mas ela tava com ele há 20 anos numa casa, para mim isso é casamento. Ela virou 'ah, eu não posso te ajudar por que você não é casada no papel e na igreja, eu não posso nem orar por você, porque não é um casamento lícito'. A minha vontade era de levantar dali e falar bem assim: 'minha filha te enxerga, você não viu que a mulher chegou aí toda roxa, toda machucada? Você não vai ajudar ela? Não vai dar um suporte porque ela não tá debaixo da sua regrinha?' Aquilo me deu uma angústia, só que eu tinha o quê? 19 anos? E eu já era revoltada dentro da igreja, eu não podia ir ali dar mais um show.

É possível visualizar historicamente, através de Zanello (2018), a Igreja usando o casamento como forma de controle sobre as pessoas e a moral destas. Esse controle, relacionado às práticas patriarcais, é reafirmado mais ainda no fato da igreja legitimar o controle do homem sobre a mulher, à medida que é imposto uma hierarquia de poder entre eles. O correto, para as mulheres, muitas vezes, é a mulher vista como pura, fiel, boa, recatada e que casou virgem, imposto inclusive que o casamento vem em troca disto. Para que esse casamento seja considerado sagrado, é preciso que exista a obediência para seu marido, e que a ordem familiar seja o centro de suas vidas. Este casamento, por fim, é entendido como complemento da identidade feminina, portanto, casar-se é completar-se (Zanello, 2018).

Com base nestes relatos, podemos observar outro ponto de grande importância: a postura dos pastores frente às denúncias. Ao perguntarmos sobre como esses líderes se portaram quando as entrevistadas contaram sobre as violências sofridas, podemos observar posturas ativas, mas geralmente são posturas passivas. É importante destacar que no relato das participantes, a maioria desses pastores eram homens. A participante 3 conta que:

Participante 3: Na outra que eu ia na época que eu tava em violência, eu fiz um encontro, e aí teve uma pregação sobre isso. Aí eu chamei uma mulher para conversar, e eu nunca tinha contado para ninguém, né!? E aí eu contei para ela... Ela conversou comigo, orou por mim, mas só isso.

É possível que esses pastores intercedam nessas violências a partir de conversas com os agressores, ou no apoio às vítimas, aconselhando-as, levando-as à separação ou à denúncia, e até mesmo através de ações dentro da igreja, como rodas de conversas sobre o assunto (Souza & Oshiro, 2018; Pontes & Cavalcanti, 2016).

Porém, a participante 2 traz em seu relato que o contar lhe trouxe mais prejuízos do

que ganhos, onde além de não haver nenhum tipo de ajuda, ainda piorou e trouxe para sua história já tão difícil, maiores danos psicológicos:

Participante 2: Quando eu fui procurar ajuda, quando tudo começou a desbloquear, eu entrei em desespero, eu já não tava mais na minha terapeuta, fiquei muito desesperada e comecei a procurar a cura e libertação da igreja. E aí eu comecei a desabafar com uma mulher de lá, e essa mulher também tinha passado por abuso e ela tava na negação, ela chegou a me falar que ela tinha passado por isso, mas que ela não gostava de falar disso. Ela procurou os meus pais, e falou tudo para eles, e ela falou para os pastores primeiro, falou tudo para os pastores, e virou fofoca na igreja... Depois que ela falou para os meus pais, os pastores fizeram uma cúpula para falar sobre isso e aí virou o pandemônio.

O caso acima citado é sobre a participante 2, vítima de estupro pelo seu pai, participante ativo da igreja. Em seu relato, expõe ter sido excluída pela sua família de sangue após o abuso, e ao ter essa comunidade como família também, ela vivencia aqui uma dupla exclusão após denunciar o abuso. Primeiramente, é excluída da família primária, depois, na família religiosa é exposta, desprezada. São vistos uma série de prejuízos e consequências para essa mulher, inclusive relacionada à sua imagem dentro da comunidade religiosa e da sua autoimagem diante dos significados que carrega sobre a família apreendidos na religião. Um lugar que deveria ser de confiança, se torna exatamente o contrário, onde seu episódio de dor vira fofoca entre todos os fiéis. Ser exposto, culpabilizada por algo que não fez, modifica o modo como a pessoa se vê, trazendo efeitos psicológicos bastante negativos para sua vivência, como a insegurança e uma sensação de injustiça. No caso da participante, ela não se afasta pois se trata de suas duas famílias - a de sangue e a religiosa. Pode-se

internalizar que se afastar é ficar só, porém, manter-se ali era ser exposta, acusada, causando um dilema que traz sofrimento para a vida da participante.

Assim, quando questionada se ela contou pois sentia que a igreja era um lugar seguro, ela diz que:

Participante 2: Eu me sentia em segurança, contando para ela, eu achava que era que nem a terapia, mas não era. E aí depois disso a fofocaiada na igreja, todo mundo falando que eu era louca, todo mundo olhando torto para mim, eu não aguentei.

Podemos analisar esses relatos a partir do que é posto por Souza e Oshiro (2018). Os autores expõem que as vítimas de violência doméstica querem encontrar na igreja um ambiente onde se sintam protegidas para compartilharem suas dores, seja com membros de sua comunidade ou com os líderes. Elas esperam que a igreja às ajude a resolver seus problemas, seja por intermédio de Deus ou pelos pastores, auxiliando-as a passar pela situação, acolhendo-as, conversando com os parceiros ou dando o apoio que falta para as leva à separação ou a denúncia (Souza & Oshiro, 2018). Porém, nem sempre é o que encontram nesse momento de dor.

A participante 4 relata que não chegou a contar para ninguém da igreja, que contou muito tempo depois apenas para alguns amigos, e que até hoje sente vergonha. Assim, quando questionada se isso teve alguma relação com suas crenças religiosas, diz que: “Acredito que não pela relação com a crença religiosa, mas só por vergonha mesmo”.

Assim como a participante 4, a participante 1 não chegou a contar para alguém de sua igreja: “Eu não contei para ninguém dentro da igreja porque você sempre tem medo de como eles vão julgar” E igualmente, diz que isso também não teve relação com suas crenças, e que além de medo do julgamento, a vergonha que sentia também foi motivo para não conversar

sobre a violência com seus líderes: “Eu acho que tinha mais a ver com vergonha e medo de como as pessoas poderiam olhar para mim, acho que nunca foi assim: ‘porque eu não acreditava, por conta da minha fé’, acho que não, pela fé não”.

Essa dificuldade ao contar, preenchida de um sentimento de vergonha posto por várias participantes pode ser explicado por Schraiber et al. (2005), ao relacionar a violência doméstica como um problema pertencente às relações familiares, como se essa violência não devesse ser tratada apenas no âmbito privado da vida das pessoas.

É importante também fazer uma análise do entendimento da bíblia para essas participantes, à medida que essas passagens bíblicas podem, além de reforçar discursos machistas nas igrejas, naturalizar essa submissão feminina, visto que trazem consigo ideias relacionadas à uma desigualdade de gênero existente na época de seus escritos. Durante a entrevista, foi questionado uma passagem bíblica, apresentada na introdução desta pesquisa, que traz explicitamente a submissão das mulheres para com seus maridos:

Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos (Ef, 5, 22-24).

Desta maneira, podemos perceber que a bíblia, base da religião cristã e suas várias vertentes, traz através de vários escritos, como esse apresentado anteriormente, a culpabilizam e perpetuação da submissão das mulheres aos homens (Silva, 2013).

A participante 2 traz que seu entendimento dessa passagem bíblica é:

Participante 2: O marido é a cabeça da mulher, mas a mulher não se sujeita aquilo que não a ama. Como cristo é a cabeça da igreja, a cabeça faz parte do corpo, e o corpo faz parte da cabeça. A cabeça não funciona sem o corpo, assim como o corpo

não funciona sem a cabeça... A mulher só vai se sujeitar aquilo que faça com que ela se sinta amada, não está dizendo a mulher se sujeita a um homem que a violência, não está dizendo 'mulher se sujeite a um homem que faça com que você se sinta humilhada, que você se sinta oprimida'... vai dizer 'se sujeite a uma pessoa que te ame assim como cristo amou a igreja.

No mundo moderno, a razão é contrária à emoção, onde relacionam-se a razão à cabeça e a emoção ao coração. Portanto, ao relacionar o homem como “cabeça” da mulher, significa dizer que é esse homem que age racionalmente, portanto, é ele que controla as decisões racionais dessa mulher.

A participante 1 trouxe essa passagem antes mesmo que a pesquisadora perguntasse sobre, falando que, apesar da igreja impor esse papel submisso sobre as mulheres, que inclusive foi muito imposto sobre ela durante sua vida, diz concordar mas traz um entendimento maior sobre isso:

Participante 1: Como se fosse o meu papel, e é o papel que a igreja ensina, que a mulher tem que ser boa, mansa. Não que ela não tenha que ser, eu concordo, tem até uma passagem bíblica que fala que a mulher tem que ser submissa ao seu marido. Só que as pessoas ignoram a segunda parte que fala que o marido tem que amar a mulher como cristo ama a sua igreja, e cristo amou a igreja a ponto de dar a sua vida por todos. E aí ele foi um exemplo de homem que o mundo inteiro ainda leva em consideração, mesmo que não seja cristão, porque ele foi a pessoa que pregou da outra face, foi ele que chegou com mansidão e falou: 'sejam mansos'. E eu sempre falo isso 'ah, meu papel é ser submissa? só que não, para mim não é' mas se o meu papel é ser submissa, o meu marido tem que me amar tanto quanto cristo ama a

igreja, boa sorte!”.

Trazendo este mesmo pensamento, a participante 3 reflete que:

Participante 3: Como é efésios, é velho testamento, né?! Então tá retratando uma época antes da morte de cristo, daí eu já não levo tão a sério, tão a pé da letra. Mas assim, levando como algo bom para hoje, porque realmente o casamento é feito de sujeição. Eu acho que não é só a mulher, e aí fala também dos maridos, que é bonita essa parte, e casamento é isso mesmo”.

Portanto, através dessas falas, pode-se perceber que as participantes enxergam que essa passagem é perpassada por uma ideia machista, mas entendem que também foram escritas para tempos passados, e que junto com a submissão das esposas deve haver o amor incondicional de seus maridos. É uma maneira de quebrar esse padrão de que tudo deve ser aceito em nome do amor e da religiosidade, questionando inclusive que não se deve generalizar o entendimento das passagens bíblicas. Essa ideia pode ser confirmada através do discurso de Pontes e Cavalcanti (2016), a medida que os autores trazem a reflexão que a bíblia é um texto construído socialmente, perpassado por todo um contexto histórico distante, portanto, atualmente pode ser possível que rompemos com essas noções que foram basicamente baseadas em ideais patriarcais da época (Pontes e Cavalcanti, 2016).

Porém, é possível ver que há uma naturalização dessa submissão como papel da mulher, visto que aparece trechos como: “realmente o casamento é feito de sujeição” (participante 3). Porém, assim como exposto por Carrol e Andrade (2010), é preciso que quando as vítimas de violência doméstica internalizam que seus casamentos não podem ser desfeitos, com base na bíblia ou em crenças religiosas, é dever dos líderes dessas igrejas

mostrarem que, primeiramente, as agressões já vão contra os ensinamentos de Deus, portanto, é responsabilidade desse homem o fim deste casamento. Segundamente, é retirado da bíblia que no casamento deve existir o amor e o respeito, portanto, ao cometer a violência, os agressores vão contra esses ensinamentos também. Deste modo, os autores dão o destaque que mesmo nas passagens em que a bíblia vai contra o divórcio, não se deve entender como a vítima aceitando essa violência (Carrol & Andrade, 2010 citado por Pontes & Cavalcanti, 2016).

Por fim, outro dado importante encontrado em nossa pesquisa é o fato de que as participantes conheciam outras vítimas de violência que também frequentavam suas igrejas. A participante 3 relata que:

Participante 3: Na igreja eu noto muito a violência verbal, né? A física se rolar a gente não sabe, mas a verbal a gente chega a ver, é muito frequente. De falar umas coisas do passado da mulher na frente das pessoas, humilhar ela.

A participante 2 relata que sua melhor amiga, que frequentou a mesma igreja de sua infância, também sofreu violência: “Ela também passou por isso, passou por tudo isso dentro da igreja, e foi do mesmo jeito que eu. Foi o namorado dela, e a igreja praticamente excluiu ela, humilhou-a e ela saiu da igreja, também enfurecida”.

Por fim, sobre isto, a participante 1 traz que: “Sim, muitas, assim de dentro da igreja mesmo. Até hoje umas três, quatro. Violência física só uma, as outras três são todas violências psicológicas”.

Com esses trechos, podemos verificar uma espécie de rede de violência dentro dessas igrejas. Portanto, assim como a pesquisadora desta pesquisa teve dificuldade em acessar essas mulheres, é possível que a dificuldade em encontrar mulheres que queiram falar sobre o

assunto se estenda para outros âmbitos, incluindo o religioso. Por mais que elas enxerguem suas igrejas como segunda família, como conforto, como lugar de confiança, o falar sobre a violência ainda é complicado. Como o assunto não é verbalizado dentro dessas igrejas, se torna mais complexo assim falar sobre o assunto. É importante que se rompa o paradigma que as religiões apoiam o não falar dessas mulheres, submetendo estas a uma desigualdade marcante nessas vítimas de violência doméstica.

Considerações Finais

A atual pesquisa investigou a violência doméstica dentro do cenário evangélico do Distrito Federal (DF) a partir da perspectiva das mulheres vítimas de violência. Portanto, através de relatos oriundos das entrevistas realizadas durante a pesquisa, podemos compreender as experiências da vivência da violência doméstica dessas participantes.

Primeiramente, foi possível verificar como a violência psicológica é comum nessa situação, visto que apareceu diversas vezes no relato de todas as participantes. A violência psicológica traz como consequências para essas vítimas problemas de autoestima, levando à sua autodepreciação. Também traz efeitos psicossomáticos, como no caso da participante que desenvolveu anorexia nervosa. É importante também dar maior visibilidade à esse tipo de violência, principalmente por ser uma violência tão grave quanto as outras, pois, por ser uma nuance difícil de visualizar e entender que está ocorrendo, passa a ser negligenciada.

Foi percebido, também, através de questionamentos sobre os primeiros sinais de violências e como as participantes perceberam o processo violento, que é comum que fiquem confusas sobre isto. Relatando que não lembram, ou que foi muito difícil chegar ao entendimento que se tratava de violência.

Identificamos que todos os relatos são atravessados por uma ideia de posse desses agressores sobre essas mulheres. Através de discursos perpassados por possessão e ciúmes doentio, os agressores geram sentimentos de medo nas vítimas que se tornam submissas, reafirmando assim relações de gênero problemáticas.

Outro efeito percebido na pesquisa foi a existência da violência sexual como sofrimento comum na vivência de três, das quatro participantes. O estupro, a partir dessa perspectiva de gênero, é visto como um jogo de poder, onde o corpo da mulher se torna objeto de posse deste abusador, tirando seu direito sobre ele, negando inclusive o poder de

escolha da mulher sobre si mesma. Foi percebido também uma auto responsabilização, visto que participante trouxe em seu relato a culpa para si por ter ido até o local do abuso.

O estupro intrafamiliar também foi exposto na pesquisa, a partir de uma relação incestuosa, onde o pai da vítima o cometeu. É possível compreender que a partir desse abuso, o pai, com base no patriarcado, se vê como chefe da família, justificando ser seu dono dessa filha, portanto, ter livre acesso ao corpo dela. A vítima traz um sofrimento muito grande, pois, além de ter sido acusada de estar mentindo, se culpa por desfragmentar sua família, visto que é culpabilizada pelos seus membros. Outra possível consequência do estupro na infância dessa vítima é uma confusão identitária, onde verifica-se um senso de pertencimento baseado em dor, em razão desse abuso ter se tornado centro de sua vida por apresentar grande sofrimento para si. Além disso, o abuso sexual é usado para descaracterizar a vítima como uma pessoa normal, colocando como louca, afirmando a denúncia da violência como mito. Também há o relato da dependência financeira ser o motivo por não conseguir encerrar a violência, de modo que a vítima se vê incapaz de deixar pra trás o abuso.

Como maiores dificuldades encontradas na pesquisa, podemos visualizar a quebra do ciclo de violência, e quando há esse rompimento, a dificuldade evolui para a aceitação do agressor no fim do relacionamento. Outra dificuldade está relacionada na vivência em si da violência, principalmente por ser perpassada de muito sofrimento. Por fim, há também o relato da dificuldade em, primeiro ter que lembrar o abuso, e a partir disso, a dificuldade em contar para alguém sobre as violências, visto que entendem que isso pode levar à um sentimento de vergonha ou até à denominação de “louca”, mentirosa, culpada. Por fim, é visto que essas mulheres encontraram estratégias de enfrentamento para a violência, para amenizar seu sofrimento. No relato, é possível visualizar que esses mecanismos venham através do falar sobre o abuso, e até mesmo na procura por terapia para que haja a transformação dos sentimentos negativos vindo da violência.

Ao relacionarmos a religião e as questões de gênero, podemos visualizar alguns resultados. Primeiramente, verificaremos como estas mulheres, a partir de suas próprias perspectivas, enxergavam o modo que as mulheres evangélicas deveriam se portar, principalmente baseadas em papéis de gênero impostos à mulheres. Em seus discursos é possível ver que elas conseguiam visualizar como estes papéis eram exigidos, principalmente através da ideia de que a mulher deveria ser calma, boa, submissa naturalizando a obediência e a ideia de inferioridade das mulheres aos homens, legitimando assim a violência de gênero.

Podemos perceber como a bíblia e seus escritos, que são utilizados como base das religiões cristãs, podem ser atravessados de um discurso que muitas vezes perpetua a submissão das mulheres aos homens. Entre os achados sobre isto, podemos citar como a sensualidade feminina é relacionada com o mal, o impuro, utilizando desse discurso para culpabilizar mulheres pela violência cometida contra elas.

Ao contrário ao que se esperava achar com base no referencial teórico, as participantes tenderam a responder de maneira crítica quando questionadas sobre os papéis sociais que eram impostos pela igreja para elas. Nenhuma das participantes concordou em haver relação ter que aceitar a violência por serem evangélicas, e o motivo disto pode ser o fato das participantes serem mulheres jovens e universitárias, podendo assim, e partir de suas redes sociais e a universidade, entram em contato com assuntos mais atuais, como a violência doméstica, relacionamentos abusivos e o feminismo. Porém, apesar dessa visão contrária, foi possível verificar uma espécie de rede de violência dentro dessas igrejas, visto que as participantes trouxeram casos de conhecidas que sofreram a violência no ambiente religioso. Assim, podemos visualizar que não é por ser religiosa que essas mulheres aceitam a violência, mas o âmbito religioso é perpassado por violência, e inclusive duas das participantes vivenciaram as experiências de violências exatamente nesse contexto. Essas mulheres conseguem visualizar que apesar não concordarem, percebem que chegaram a aceitar a

violência baseada nas imposições da igreja.

Essas mulheres passam a aceitar essa violência pois muitas vezes a desistência é vista como falta de fé, pois é papel da mulher acreditar que através de sua oração, Deus vai cessar a violência. Outro discurso que reafirma essa submissão é o fato do perdoar ser considerado cristão, e o casamento como algo eterno, levando essas mulheres a aceitarem o contexto violência por não poder ir contra essas afirmações. Outro fator observado foi o fato das mulheres se prenderem ao fato de que foi imposto social que elas são as responsáveis por salvarem o casamento, visto que o amor é colocado para essas mulheres como algo essencial.

Também foi possível visualizar nessas mulheres estratégias para que haja a quebra da subordinação imposta em suas vidas, como, por exemplo, a mudança para um diferente movimento dentro da religião evangélica.

Pode-se perceber que o modo como a igreja lida com a violência influencia tanto na ruptura, quanto na manutenção da violência sofrida por essas fiéis. Quando analisados os fatores de proteção oriundos das igrejas que contribuem para a ruptura da violência doméstica dessas fiéis, o resultado é menor que o esperado. As participantes relataram mais vivências de desamparo quanto o modo que as igrejas lideram com isso. Porém, a fé e a adesão religiosa é mantida nos quatro casos, sendo essa fé muitas vezes a responsável por essa reestruturação psicológica.

É preciso, contudo, não generalizar. O que está sendo discutido nestes resultados é somente o que foi levantado nas entrevistas feitas. Com base na literatura, podemos visualizar que existem várias denominações evangélicas preocupadas com seus fiéis, com o relacionamento dos casais dessas igrejas, e até mesmo com a não consumação da violência de gênero.

Quanto ao discursos feitos pelos líderes das igrejas dessas mulheres, observamos muitos fatores de riscos que, aparentemente, contribuem para que esta violência se mantenha,

e também reafirmam ideias machistas neste cenário. As participantes falam sobre seus pastores reafirmam papéis de gênero ao discursarem sobre, por exemplo, a divisão desigual das tarefas domésticas, ou impondo como responsabilidade apenas da mulher o cuidado dos filhos e da casa, e o modo como elas devem edificar esses lares.

Portanto, quando levantado nas entrevistas se a violência doméstica era um assunto abordado por meio de pregações, debates, ou conversas no cultos, dentro desse cenário religioso, podemos perceber que este não é um assunto amplamente tratado. Há relato em que os pastores só conversavam sobre isso quando os fiéis iam até eles, e que a violência nunca foi um tema colocado em debate. Acredita-se que um fator de perpetuação dessa violência através da igreja pode ser através do silêncio que as igrejas fazem quanto ao problema, pois muitas vezes a violência é tratada como algo não pertencente à ela.

As dificuldades encontradas nesta pesquisa, primeiramente, foram devido ao difícil acesso às mulheres vítimas de violência doméstica, visto que esse assunto ainda aparenta pertencer ao âmbito privado, as mulheres não sentem-se bem para falar sobre as vivências violentas. Outra lacuna se deu devido a não especificação dos tipos de relacionamentos das participantes, assim, recomenda-se, por exemplo, que em pesquisas futuras sejam analisadas apenas mulheres que foram ou ainda estão casadas com seus agressores.

Deste modo, apontamos aqui a importância de futuras pesquisas que consigam dialogar com essas mulheres, entendendo suas trajetórias, vencendo resistências e trazendo voz à essas mulheres.

Referências bibliográficas

- Almeida, R. (2016). Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: Abdal, A., Ghezzi, D., Santos, J. Jr. & Oliveira, M. C. V. (Orgs.), *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo* (Cap. 5, pp. 60-72). São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP.
- Alonso, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: Abdal, A., Ghezzi, D., Santos, J. Jr. & Oliveira, M. C. V. (Orgs.), *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo* (Cap. 5, pp. 60-72). São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP.
- Alves, Z. M. B. & Silva, M. H. G. F. D. (1992). Análise Qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 2, 61-69.
- Araújo, M. F. (2008). Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicologia para América Latina*, 14.
- Arpini, D. M., Savegnago, S. D. O. & Witt, C. S. (2017). O ponto de vista de adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre o agressor sexual. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 247-262.
- Carta aos Efésios. In: *A Bíblia: tradução ecumênica*. São Paulo: Paulinas, 2002.
- Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005.
- Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), 417-425.
- Day, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. (2003). *Revista de Psiquiatria*, 25, 9-21.
- Drumont, M. P. (1980). Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas*, 3, 81-85.
- Duarte, R. (2002). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Rev. Educar*, 24, 213-225.
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G. & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>
- Gênesis. In: *A Bíblia: tradução ecumênica*. São Paulo: Paulinas, 2002.

- Governo do Brasil. (2015). 9 fatos que você precisa saber sobre a Lei Maria da Penha. Recuperado em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/9-fatos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha>
- Instituto de Pesquisa Datafolha; Fórum Nacional de Segurança Pública. (2019). Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. Recuperado em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>
- Kelh, M. R. (2017). *Deslocamento do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lage, C. N. (2016). *A relação entre a religião protestante (e suas variadas denominações) e a violência doméstica contra a mulher*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, Brasil.
- Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Lima, R. L. (2010, agosto). O imaginário judaico-cristão e a submissão das mulheres. In: *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero - UFSC, Santa Catarina, Brasil, 9*.
- Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 208-223. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703160002017>
- Lira, M. O. S. C. et al. (2017). Abuso sexual na Infância e suas repercussões na vida Adulta. *Texto Contexto Enferm*, 26(3), 1-8.
- Louro, G. L. (1998). Gênero, sexualidade e educação. In: *Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Lucena, K. D. T., et al. (2016) Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. *J Hum Growth Dev*, 26 (2). 139-146. doi: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>
- Machado, L. Z. (1998). Masculinidade, Sexualidade e Estupro: As construções da virilidade. *Cadernos Pagu*, 11(1), 231-273.

- Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e Saúde: Coleção Temas em Saúde* (20 ed.) Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Neri, M. (2007). *Economia das religiões: mudanças recentes*. Rio de Janeiro: FGV.
- Paiva, J. R. (1999). Mulheres espancadas. Disponível em: <<http://www.members.tripod.com/soswomen/paget.html>>
- Parente, E. O., Nascimento, R. O., & Vieira, L. J. E. S. (2009). Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. *Revista Estudos Feministas*, 17(2), 445-465.
- Pontes, B. & Cavalcanti, V. R. (2016). Religiões Judaico-Cristãs e o enfrentamento à violência de gênero: A realidade brasileira. *Mandrágora*, 22(2), 31-65.
- Rabelo, M. C. M., Motta, S. R. & Nunes, Jr. (2002). Comparando experiências de aflição e tratamento no candomblé, e pentecostalismo e espiritismo. *Religião e Sociedade*, 22(1), 93-121.
- Rosado-Nunes, M. J. (2005). Gênero e Religião. *Estudos Feministas*, 13(2), 363-365.
- Rosado-Nunes, M. J. (2001). O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *Cadernos Pagu*, 16, 79-96.
- Sacramento, L. T. & Rezende, M. M. (2006). Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, 24, 95-104.
- Scavone, L. (2008) Religiões, Gênero e Feminismo. *Revista de Estudos da Religião*, 1-8.
- Schraiber, L. B. et al. (2003). Violência vivida: a dor que não tem nome. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 6 (10), 41-54. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832003000100004>.
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., Falcão, N. T. C. & Figueiredo, W. S. (2005) *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Ed. Unesp
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Secretaria de Transparência DataSenado. (2013). *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*. Recuperado em

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf

- Silva, E. C. P. (2009) O silenciamento da violência conjugal contra a mulher: um estudo de caso na cidade de Cachoeira, Bahia. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, BA, Brasil.
- Silva, G. V. (2013). A violência de gênero no Brasil e o gemido das mulheres evangélicas. *Discernindo - Revista Teológica Discente da Metodista* 131, 1(1), 131-142.
- Silva, L.L. Coelho, E. B. S. & Caponi, S. N. C. (2007) Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica, *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 11(21), 93-103. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n21/v11n21a09.pdf>
- Soares, V. (2004). O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: G. Venturi, M. Recamán, & S. Oliveira (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (pp. 161-182). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Souza, S. D. (2011) Gênero e trânsito religioso entre mulheres e homens evangélicos no ABC Paulista (pp. 251-273). In: Peretti, C. (Org.). *Filosofia do gênero em face da Teologia*. Curitiba: Champagnat – PUCPR.
- Souza, S. D. & Oshiro, C. P. (2018). Mulheres evangélicas e violência doméstica: O que o poder público e a igreja têm a ver com isso? *Caminhos*, 16(2), 203-219.
- Suárez, C. I. G. & Arroyave, J. Ó. R. (2009). *Masculinidades, hombres y cambios*. Bogotá: Diakonia.
- Varella, V. (2014). “As mulheres devem ser submissas a seus maridos? O que diz a Igreja?”. Recuperado em 10 de março, 2019, de: <<http://ocatequista.com.br/blog/item/12715-as-mulheres-devem-ser-submissas-a-seus-maridos-o-que-diz-a-igreja>>
- Vilhena, V. C. (2010). Resultados de uma pesquisa: Uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas. In: *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero - UFSC*, Santa Catarina, Brasil, 9.
- Vinuto, J. (2014). Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa. *Temáticas*, 22(44), 203-220.

Apêndice A - Roteiro de entrevista

1. Nome. Idade. Estado civil.
2. Escolaridade. Qual tem sido a sua principal ocupação (profissão, trabalho, o que você exerce hoje).
3. Conte-me sobre sua trajetória religiosa como evangélica.
4. Quais motivos te levaram a perceber que estava ou está em uma situação de violências? Como eram essas violências?
5. Conte-me um pouco mais sobre esse processo. Há quanto tempo você está ou permaneceu em uma situação de violência? Quando percebeu os primeiros sinais?
6. Seu agressor frequentava a igreja?
7. Alguma vez você já sofreu agressão e não contou à ninguém? Porque? Houve alguma relação com suas crenças religiosas
8. Agora vou perguntar algumas questões sobre a sua religiosidade. Como uma mulher evangélica deve ser e se comportar, em sua visão?
9. Você conhece outras mulheres evangélicas vítimas de violência? Conte-me um pouco sobre essas histórias. Envolveu alguém da igreja?
10. Como você entende a seguinte passagem da bíblia?
Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos (Ef, 5, 22-24).
11. Na sua igreja a violência doméstica já foi tema em algum debate, conversa ou pregação? Se sim, como foi?
12. Seu agressor tinha um discurso baseado na religião?

13. Você consegue ver alguma postura de pastores quanto à violência doméstica que as fiéis sofrem?
14. O que é dito pelos pastores sobre a submissão das mulheres?
15. Você acredita que as mulheres devem ser inferiores aos homens de algum modo? Qual sua opinião pessoal sobre isso?
16. Você chegou a conversar com o líder da sua igreja quando sofreu a violência? Se sim, qual a medida tomada pela igreja ou pelo líder quanto a isso?
17. Se não, caso você falasse ao seu pastor que estava sofrendo violência, qual postura você imagina que ele teria?
18. Você pensa que por ser mulher evangélica, de alguma maneira, você deve aceitar a violência?
19. Baseado no que você passou, como você se sentiu? Quais foram suas maiores dificuldades ao vivenciar este processo violento?

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Projeto de monografia - A violência doméstica e o cenário evangélico do Distrito Federal

Instituição da pesquisadora : Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisador(a) responsável: Lucas Alves Amaral Pesquisador(a) assistente: Bárbara Barbosa Chagas

Você está sendo convidada a participar do projeto de monografia acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é Investigar a relação entre a violência doméstica e o cenário evangélico do Distrito Federal (DF).
- Você está sendo convidado a participar por se encaixar em um dos perfis que gostaríamos de estudar.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder algumas perguntas abertas acerca do tema.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A entrevista será gravada, mas esta gravação servirá apenas para transcrição escrita do seu relato.
- A entrevista levará cerca de 30 minutos à 1 hora, no máximo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos mínimos. Os riscos relativos à análise dos dados e à entrevista semiestruturada são baixos, eles podem ser: algum tipo de estigmatização, exposição dos participantes e invasão da privacidade deles.

- Para reduzir esses riscos, este projeto de pesquisa promoverá o acesso dos resultados da pesquisa aos seus participantes, além disso haverá sempre a adesão de uma postura ética durante a realização das entrevistas e contato com os participantes, evitando colocá-los em situações constrangedoras através das perguntas e ficando sempre atenta aos sinais explícitos e não explícitos, verbais e não verbais que possam expressar desconforto por parte dos entrevistados.

- Os princípios, valores culturais, religiosos e morais e os costumes dos participantes também serão levados em consideração e respeitados.

- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.

- Com sua participação, você irá contribuir para maior conhecimento sobre psicologia social, com foco nos estudos de gênero e a relação entre violência doméstica e o cenário evangélico.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.

- Os dados e instrumentos utilizados como textos e a gravação ficarão guardados sob a responsabilidade de Marina Salles Viana, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.

- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, além da defesa de monografia da pesquisadora. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para (61) 99832-4011, ou pelo e-mail barbarabchagas@gmail.com (pesquisadora).

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ___ de _____ de 2019.

Participante

Lucas Alves Amaral (Pesquisador Responsável) lucas.amaral@ceub.edu.br / (61) 99938-0785

Bárbara Barbosa Chagas (Pesquisadora Assistente) barbarabchagas@gmail.com / (61) 99832-4011

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Endereço: Condomínio RK Conjunto Antares Quadra U Casa 39

Bairro: Região dos lagos CEP: 73252-200 Cidade: Sobradinho

Telefones p/contato: (61)99832-4011

Anexo B

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A violência doméstica e o cenário evangélico do Distrito Federal

Pesquisador: LUCAS ALVES AMARAL

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 19404019.9.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.674.912

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto na área da Psicologia social, tendo como tema geral a violência doméstica contra as mulheres. O objeto da pesquisa será a avaliação das relações entre doutrina evangélica e violência de gênero, a partir de estudo de caso a ser realizado tendo por base cerca de 4 entrevistas semiestruturadas com mulheres evangélicas no DF.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto submetido a esta plataforma tem como objetivo primário "investigar a violência doméstica dentro do cenário evangélico do Distrito Federal (DF)". Como objetivos secundários são listados: "analisar fatores de proteção e risco observados na igreja evangélica que contribuem para a manutenção ou a ruptura da violência doméstica, analisar as influências discursivas da doutrina religiosa evangélica traz para a produção de práticas machistas, e por fim, compreender, a partir da perspectiva do gênero, como os papéis sociais direcionados às mulheres evangélicas se relacionam com a violência doméstica, a partir da compreensão dessas mulheres vítimas de violência".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme apresentado no projeto, "Os riscos relativos a análise dos dados e a entrevista semiestruturada são baixos, eles podem ser: algum tipo de estigmatização, exposição dos participantes e invasão da privacidade deles. Para reduzir esses riscos, este projeto de pesquisa promoverá o acesso dos resultados da pesquisa aos seus participantes, além disso haverá sempre

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 3.674.912

a adesão de uma postura ética durante a realização das entrevistas e contato com os participantes, evitando colocá-los em situações constrangedoras através das perguntas e ficando sempre atenta aos sinais explícitos e não explícitos, verbais e não verbais que possam expressar desconforto por parte dos entrevistados. Os princípios, valores culturais, religiosos e morais e os costumes dos participantes também serão levados em consideração e respeitados. Além das medidas que serão tomadas com o objetivo de preservar os participantes, também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), produzido pela pesquisadora e que será entregue aos participantes da pesquisa no primeiro contato da pesquisadora com eles no momento do início da realização da entrevista. A pesquisadora se compromete a manter o sigilo das informações fornecidas pelos entrevistados e das informações pessoais deles, assim a identidade dos mesmos também não será revelada." A avaliação dos riscos e as medidas indicadas estão adequadas ao objeto proposto.

Quanto aos Benefícios, indica a "Contribuição para maior conhecimento sobre psicologia social, com foco nos estudos de gênero e a relação entre violência doméstica e o cenário evangélico, dando assim visibilidade ao tema e às perspectivas das vítimas desta violência"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta tema relevante para a área da Psicologia Social. A metodologia e os instrumentos foram construídos de forma adequada. O cronograma é razoável para sua realização. Os currículos dos pesquisadores foi examinado e corresponde ao campo de pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A proposta submetida apresenta:

- Folha de Rosto;
- Projeto original;
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Recomendações:

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 3.674.912

aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - desenvolver o projeto conforme delineado;

III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;

VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Examinados os documentos apresentados para a avaliação deste CEP, tendo o projeto atendido a todas as exigências da ética em pesquisa, não havendo questões a serem corrigidas ou alteradas, a pesquisa está aprovada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 3.674.620/19, tendo sido homologado na 18ª Reunião Ordinária do CEP-UnICEUB do ano, em 18 de outubro de 2019.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1413661.pdf	26/09/2019 08:12:04		Aceito
Outros	AceiteInstitucionalBarbara.jpg	26/09/2019 08:10:52	LUCAS ALVES AMARAL	Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoBarbara.pdf	26/09/2019 08:09:30	LUCAS ALVES AMARAL	Aceito
Outros	RoteirodeentrevistaBarbara.docx	19/08/2019 20:35:07	LUCAS ALVES AMARAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodeMonografiaBarbara.docx	19/08/2019 20:30:22	LUCAS ALVES AMARAL	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.docx	17/08/2019	BARBARA	Aceito

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.674.912

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	09:03:05	CHAGAS	Aceito
--	-----------	----------	--------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 31 de Outubro de 2019

Assinado por:

Marilia de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br